Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 30.8.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 743 / € 1,80 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

TIMOR FESTEJA 25 ANOS DO REFERENDO DE INDEPENDÊNCIA

António Guterres recebido em Díli por Ramos Horta e Xanana Gusmão

PAULO NOVAIS/LUSA

ANA GOMES

"Para Timor, foi fundamental a conversa dura de Guterres com o presidente Clinton a ameaçar retirar do Kosovo"

PÁGS. 16-18

"O FINANCIAMENTO DO PRR QUE TEMOS AO NOSSO DISPOR SERÁ EXECUTADO"

ENTREVISTA DN/TSF O presidente da Estrutura de Missão do PRR, Fernando Alfaiate, garante que não vai ficar nada por gastar dos 22,2 mil milhões de euros destinados a Portugal. Há novas regras para acelerar a aprovação de candidaturas e aumentar a transparência.

PÁGS. 4-7

Ameaças

Estruturas locais do Chega pressionadas para levarem manifestantes a Lisboa

PÁG. 8

QUESTIONÁRIO DE PROUST DO CHATGPT

SEBASTIÃO VASCONCELOS

CHEF DO RESTAURANTE MESA DO BAIRRO, EM LISBOA

"Não sei bem porquê, mas sinto que eu e o Zach Galifianakis seríamos *best friends*"

PÁG. 15

Certificados de Aforro

"Incidente" inativa AforroNet e não há previsão para regresso

PÁG. 21

HOJE GRÁTIS

Champions League

Sorteio mais simpático para o Sporting. Benfica joga com cinco ex-campeões

PÁGS. 22-23

Até ver...

Valentina Marcelino

Diretora adjunta do Diário de Notícias

Pavel Durov, um velho conhecido da Justiça portuguesa, e o insulto à liberdade de expressão

Em novembro de 2021 o Tribunal de Propriedade Intelectual de Lisboa instou Pavel Durov, detido esta semana em França, e o seu irmão Nikolai, enquanto gestores do Telegram, a bloquear o acesso dos seus clientes a 17 grupos/canais através dos quais partilhavam filmes, séries, revistas e jornais gratuitamente e em violação absoluta dos direitos de autor. A providência cautelar foi promovida pela Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media e pela Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores (GEDIPE).

A Justiça nunca conseguiu notificar os Durov no âmbito deste procedimento judicial. A sede do Telegram está registada no Dubai mas contactada a embaixada dos Emirados Árabes Unidos esta informou o tribunal que não tinha sido possível localizar os seus proprietários.

Em 2022, na sequência de um outro pedido de bloqueio dos grupos do Telegram efetuado pela entidade à Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC) foram encerrados 11 canais.

Este ano, conforme noticiou o DN, uma investigação inédita da Polícia Judiciária chegou aos alegados autores de um destes grupos do Telegram e conseguiu, pela primeira vez, identificar e constituir dois arguidos. Mas o caminho é sempre muito, muito lento e a Justiça continua a perder terreno.

A pirataria é apenas um dos muitos crimes – grave para os *media*, pois estão estimadas perdas potenciais da ordem dos 50 milhões de euros anuais que podiam ser utilizados para produzir informação de qualidade – cometidos através de plataformas digitais.

Por muito que, mesmo a conta-gotas, se consiga que sejam bloqueados alguns destes grupos e canais de partilha, eles são substituídos por outros num estalar de dedos.

Quando se passa então para o patamar da criminalidade grave e violenta, a impunidade tem efeitos ainda mais dramáticos.

Nesta semana, foi amplamente noticiada a detenção de Pavel Durov, 39 anos - que tem mais de mil milhões de utilizadores no seu Telegram – no âmbito de um processo que inclui acusações de divulgação de conteúdos criminosos relacionados com tráfico de droga, pornografia infantil e burlas.

A lista de crimes inclui a cumplicidade na administração de uma plataforma que permite que gangues organizados façam transações ilícitas; a recusa em cooperar com as autoridades através da partilha de documentos ou informações necessárias para evitar atos ilegais; e a cumplicidade em fraudes e tráfico de droga.

Após a detenção do seu fundador e CEO, a empresa associada ao Telegram divulgou um comunicado no qual considera "absurdo que uma plataforma ou o seu proprietário sejam responsáveis por abusos na sua rede".

Em defesa do seu concidadão (Durov tem nacionalidade russa, francesa e dos Emirados), o porta-voz do Kremlin não perdeu tempo a dizer que as acusações "exigem provas sólidas" e que se não existirem "ficará evidente que se trata de uma tentativa de restringir a liberdade de comunicação".

Ainda este ano, o DN noticiou que a Europol e National Crime Agency, do Reino Unido, apelaram aos governos e a empresa como a Meta (dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp) a "tomarem medidas urgentes para garantir a segurança pública em todas as plataformas tecnológicas". Em causa estava, e está, a designada encriptação automática ponta a ponta dos dados trocados, significando que as empresas deixam de deter ou vigiar conteúdos ilegais, não podendo denunciá-los, nem fornecê-los às autoridades, mesmo que mandatadas para tal.

A título de exemplo, a National Crime Agency afirmou que, antes desta encriptação, em apenas três meses, informações que retirou destas plataformas "levaram a 327 detenções, à apreensão de 3,5 toneladas de drogas de classe A, à recuperação de 4,8 milhões de libras, à identificação de 29 ameaças à vida anteriormente desconhecidas e a mais 100 ameaças de danos".

Invocar a "liberdade de expressão" para proteger criminosos é um insulto sem tamanho que nenhuma democracia devia aceitar. É abusar de um Direito Universal. Mesmo sabendo que estas plataformas sejam também importantes em muitos países sem essa liberdade, difundem desinformação e favorecem os extremismos. E são palco de crimes muito graves.

Nos países em que vigora o Estado de Direito, com separação de poderes, não há justificação para que não colaborem com as autoridades sem que tenham consequências. E sem nunca por em causa "liberdade de expressão" nos princípios consagrados no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão."

OS NÚMEROS DO DIA

216

MIL CONDUTORES
foram apanhados em excesso de velocidade pelos radares geridos pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) entre janeiro e maio, um aumento de 40% face ao mesmo período de 2023.

3%

DE CRESCIMENTO
O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no segundo trimestre foi revisto em alta para este valor, em ritmo anualizado, contra 2,8% na estimativa inicial, indicou ontem o Departamento do Comércio.

75 000

AÇÕES DOS CTT
foram compradas, entre sexta-feira e ontem, pela própria empresa, que passou a deter 1,38% do seu capital social, segundo foi comunicado ao mercado.

44

CÂMARAS
A Câmara do Funchal, na Madeira, aprovou ontem por unanimidade a adjudicação, a um consórcio de empresas, do sistema de videovigilância da cidade, que será composto por 44 câmaras, indicou o vice-presidente da autarquia, Bruno Pereira.

30.8.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

Fernando Alfaiate
"Não temos dados que nos levem a apontar que Portugal possa não utilizar o dinheiro que está disponível"

ENTREVISTA DN/TSF O presidente da Estrutura de Missão para o PRR garante que não vai ficar nada por gastar dos 22 mil milhões previstos para Portugal. A menos de dois anos para terminar o prazo há novas medidas para acelerar as aprovações das candidaturas e a transparência.

VALENTINA MARCELINO (DN) E NUNO DOMINGUES (TSF) FOTOS LEONARDO NEGRÃO

Há uma semana foi aprovado um novo modelo de governação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para acelerar a sua execução. O que é que muda exatamente? Porque é que houve esta necessidade? Estamos a correr contra o tempo, não é?
Este plano de ação para acelerar o PRR vem, sobretudo, apresentar algumas medidas a nível da gestão e coordenação técnica e também medidas para dar resposta aos prazos de aprovação de candidatura e aos prazos de pagamento aos beneficiários finais. Este plano foi-nos solicitado pelo Governo e a Estrutura de Missão apresentou um conjunto de medidas com este objetivo de impulsionar e acelerar a perceção de pagamentos aos beneficiários finais. Esse plano de ação é constituído por propostas a nível da coordenação técnica e da execução do PRR. Não se trata de um novo modelo de governação, mas trata-se essencialmente de trabalhar em termos de eficácia e corrigir e implementar algumas medidas de gestão que possam introduzir maior eficácia eficiência.
Pode explicar o que é que muda em relação ao que está agora?
São criadas redes de articulação a nível de os investimentos e a nível das reformas. As reformas são acompanhadas pelas áreas setoriais do Governo. Os investimentos são geridos por entidades públicas que têm a responsabilidade de implementar esses investimentos no PRR. Temos 117 investimentos e 44 reformas. São cerca de 70 entidades públicas que estão com essa responsabilidade de execução, mais um conjunto de entidades governamentais que tem em o objetivo de fazer estas reformas que estão, por sua vez, associadas aos investimentos. O que se pretende com esta rede de articulação e sob a nossa coordenação? Poder criar procedimentos e práticas harmonizadas para tratar situações Idênticas; criar orientações, técnicas e regras que possam maximizar todo este aspeto relacionado com o desafio temporal do PRR.

"A Estrutura de Missão Recuperar Portugal vai trimestralmente fazer uma publicação em cada um dos municípios com a lista de projetos aprovados comparativamente ao nível nacional."

Com diferenças de procedimentos setor a setor? Ou seja, reforma à reforma, dependendo das diversas áreas do Governo, ou utilizando um procedimento único, transversal a todas as áreas?
Não, falamos essencialmente de tratar regras harmonizadas e procedimentos de gestão, quer de candidaturas, quer a sua aprovação. Quer a nível de prazos de análise, quer a nível de reporte que temos de fazer para justificar a execução.
Mas porque detetou diferenças? Setor a setor? Ou não?
Há um conjunto de entidades que foram angariadas, digamos assim, para executar as medidas do PRR que não têm muita experiência para o fazer. Se olharmos para os fundos da coesão, aparecem entidades já com larga experiência enquanto gestoras de medidas. Aqui, o objetivo e a génese do programa foi ir ao encontro da entidade responsável pela política pública em causa. E tem a sua vantagem, tem a sua razão de ser. Falta aqui alguma forma de harmonizar tudo, dado que estamos a trabalhar com 70 entidades, para tornar toda esta gestão mais eficaz.
Mas só notaram isso agora? Começaram em 2021, falta ano e meio para o fim do programa. Não deviam ter sinalizado isso antes?
Este trabalho tem sido sempre sinalizado. Obviamente que são medidas de uma forma mais institucional que vão criar esta redes que no fundo e na prática, existem. Esse diálogo existe constantemente, mas o plano não se restringe só a estas metodologias, à criação destas redes de articulação.
Vamos perceber então o que é que muda...
Temos estas redes de articulação e temos também uma outra medida que tem a ver com o aumento da transparência das decisões na atribuição dos fundos, aplicando mais instrumentos de divulgação, não só incrementando e melhorando os relatórios de monitorização que nós temos semanalmente divulgado, como também os relatórios semestrais e os relatórios anuais. Acresce aqui também que, do ponto de vista de divulgação dos resultados no terreno, pretendemos fazer também a publicitação dos projetos aprovados em cada município, em cada concelho. Para que a perceção de que aquilo que está a ser feito no PRR chegue exatamente ao local.
Dizendo às câmaras para fazer essa divulgação?
É a Estrutura de Missão Recuperar Portugal que vai trimestralmente

"Notamos que os avisos do PRR têm tido uma procura muito elevada de projetos e ultrapassam em muito as metas que temos para cumprir. Aconteceu isso na habitação e escolas."

fazer uma publicação em cada um dos municípios, através de um *dashboard* com a lista de projetos aprovados no município, comparativamente com o nível nacional, para que tenhamos a possibilidade de dizer às pessoas aquilo que está a ser feito exatamente no município em que vivem.

Criando aqui um pouco de competição, até...

É sempre bom olhar para esse aspeto. Saber como é que o nosso município está em termos da média nacional, acho que também tem a sua vantagem, mas o objetivo aqui é um objetivo de transparência, que é essencial. Apercebemo-nos de que, por vezes, ou não existe essa informação ou não chega. Essa informação acaba por não ser conhecida pelas pessoas e os meios de comunicação tradicionais ou outros mais digitais, permitir-nos-ão fazer fazer esse ponto. Depois, um segundo grupo de medidas tem a ver com a aceleração da execução do PRR propriamente dita. E aí temos a introdução de um mecanismo que já foi aplicado no passado em outros fundos da coesão, que tem a ver com o mecanismo de descativação de projetos que, estando aprovados, estão parados, não executam. Aí temos que olhar para essas situações e das duas uma, ou executam rapidamente e ser-lhes-á dado um tempo de reação para que isso aconteça ou então esse projeto tem que descativar e aprovar um novo projeto com tempo exequível face ao desafio temporal que temos.

"Este novo plano vai ser acompanhado com a criação de uma bolsa de técnicos para atender a cargas ou picos de trabalho. (...) Estando à espera de 100 candidaturas e aparecendo duas mil, há constrangimentos."

Há muitos desses projetos aprovados e com dinheiro disponível e que não avançam?

Temos projetos em que isso, isso acontece.

Por falta de capacidade das empresas que estão a executar o projeto ou da instituição que está a liderar o projeto? Onde é que deteta o problema?

Por diversas situações, mas é um diagnóstico que temos iniciado e está agora a ser feito esse levantamento, de forma a ter a possibilidade de fazer essa aplicação mais eficaz para maximizar o recurso disponível do PRR. Portanto, em qualquer circunstância, até exógena ao próprio beneficiário, isso pode acontecer. Há impugnações, há a litigância, há uma série de coisas sobre o licenciamento...

Tem números dessas situações?

Não temos. É um trabalho que está a ser desenvolvido. E é uma metodologia que vamos aplicar agora, na sequência desta medida que foi publicada nesse plano de ação a nível dos prazos de avaliação de candidaturas. Notamos que os avisos do PRR têm tido uma procura muito elevada de projetos e acontece que a procura de candidaturas ultrapassa em muito as metas que temos para cumprir. Aconteceu isso na habitação, aconteceu nas escolas, acontece variadíssimas vezes em determinados avisos de abertura de concurso.

Há setores da sociedade onde há maior vulnerabilidade e maior necessidade, não é?

Estando as entidades responsáveis pela análise de candidaturas perante um volume inesperado de tantas candidaturas, cinco, dez vezes mais do que estão à espera, têm existido alguns atrasos em termos de avaliação das candidaturas. Portanto, foi estipulada uma regra de comportamento temporal para para que não se passe mais de 50 dias para analisar uma candidatura.

Quanto era até aqui?

Não estava definido a nível da regulamentação, estava definido a nível de cada aviso de concurso, mas era muito frequente que esse prazo fosse ultrapassado face ao número de candidaturas. Estando à espera de 100 e aparecendo duas mil, a entidade fica com alguns constrangimentos.

Mas é a entidade que vai ter de arranjar meios de fazer essa aceleração? Ou a comissão de acompanhamento está a fazer algum tipo de sugestão de como é que essa aceleração pode ser feita?

Este plano vai ser acompanhado com a criação de uma bolsa de técnicos que irá atender estas cargas inesperadas ou picos de trabalho que estas entidades públicas tenham. É a Estrutura de Missão que vai formar essas pessoas e que vai gerir esse quadro de pessoal para atender a estas circunstâncias extraordinárias de picos de trabalho, para podermos ter prazos de candidatura e análise estabilizados e a mesma coisa nos pagamentos. Isto porque, em termos de candidaturas estamos praticamente no fim da aprovação das candidaturas. Diria que até final do ano praticamente nada ficará para ser aprovado no PRR. Tem que ser. Um dos nossos objetivos é caminhar nesse sentido. Não temos qualquer limitação.

Se não, não há tempo para gastar o dinheiro...

É esse o desafio temporal. Atualmente temos 86% aprovados, são 14% que nos faltam e nós queremos preenchê-los o mais rapidamente possível e as candidaturas já estão a ser analisadas. Pretendemos que essa análise seja feita o mais rapidamente possível. A bolsa adicional de técnicos pode atender a esta situação.

Já tem candidaturas suficientes para absorver os 22 mil milhões de euros que estão destinados para Portugal?

Veja, inicialmente o PRR tinha 16,6 milhões de euros e agora passou para 22,2 mil milhões. Estamos agora com uma aprovação de 19 mil e qualquer coisa. Ou seja, já ultrapassámos aquilo que era o PRR em 2023. O adicional que veio no final de 2023 está agora a ser aprovado e o nosso objetivo é que, até final do ano, se consiga, na prática, fazer a grande maioria das aprovações.

Não é por falta de candidaturas

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

então...
Pelo contrário, os nossos avisos sofrem exatamente de excesso de procura. E esse é que tem sido o constrangimento. Porque depois, há muitas candidaturas e têm de ser analisadas para escolher aquelas que têm maior maturidade para a sua concretização temporal no PRR. Isto leva tempo. É preciso mais pessoas para fazer este trabalho e há um desafio grande a esse nível. Depois o tempo. Perguntou-me se estamos a correr contra o tempo, o tempo é o maior desafio que temos no PRR. É uma regra imposta pela Comissão Europeia que não se pode alterar, porque é uma horizontal para os 27 países que têm PRR. Obviamente que as dificuldades que estamos a sentir são dificuldades que estão a ser sentidas por outros países na também.

Como é que estamos em relação aos outros países?
A execução do PRR mede-se pelo cumprimento dos marcos e das metas estabelecidos numa decisão de execução do Conselho Europeu. É assim para todos os países e cada país tem depois um conjunto de pedidos de reembolso, que no nosso caso são dez. Nesse pedido que é feito à Comissão, demonstramos o cumprimento dos marcos e metas num plano temporal que está descrito e associado no PRR. Onde é que estamos? Dos dez pedidos que temos para apresentar, apresentámos cinco. Esses cinco representam 147 marcos e metas de 463. Ou seja, temos uma execução no PRR de 32%. Ainda neste ano e durante o último trimestre, vamos apresentar o sexto pedido de pagamento e com este sexto pedido de pagamento, passamos a execução para 38%. São mais de 30 marcos e metas que vamos conseguir submeter. Por isso, sempre se disse que o PRR tem uma metodologia de execução com base em resultados, não com base em despesa. Se tivéssemos que comprovar e certificar a despesas no PRR só poderíamos submeter os tais 23% para serem comprovados pela Comissão Europeia como tendo já sido pagos a destinatários finais.

Qual é a média europeia dessa execução?
Estaremos dentro dos quatro países com mais execução dos 27. Temos Itália, Espanha, França, Croácia, que são os países que também estarão a este nível. Desse ponto de vista, estamos a fazer um trabalho que nos permite captar todos esses 22 mil milhões de euros para Portugal, para que depois possam ser aplicados nos investimentos que estão previstos no PRR. O essencial da execução é captar esses desembolsos para Portugal. A partir desse objetivo conseguido, os pagamentos a beneficiários finais, que é um indicador de implementação financeira, traduz exatamente o registo físico ou o pagamento da execução física desses projetos. Mas isso acontece sempre no dia seguinte. E para esse indicador não temos o limite de 2026. É preciso que se perceba isto. Ou seja, os pagamentos dos projetos que têm de estar concluídos em 2026 podem ser pagos depois e serão pagos depois. Porque quando concluímos uma obra ou quando uma câmara conclui uma obra faz a vistoria final e envia as despesas para a entidade gestora, que neste caso é o IHRU. O IHRU verifica a elegibilidade desta despesa paga e depois reporta-nos a nós. Este circuito demora mais e poderá demorar mais além de 2026.

Não está em causa aqui deixar de receber o financiamento se não concluir a obra em 2026, é isso?
Não, a obra fica concluída. As obras têm que ficar concluídas e é preciso comprovar que a obra foi entregue a uma família e houve um auto de receção final que dá a obra como concluída. Outra coisa é depois toda a demonstração financeira que permite acertar a conta final e fazer o pagamento do apoio. Mas é esta parte inicial da conclusão física da obra e da entrega da casa à família é que marca a execução junto da Comissão Europeia. Aí é que temos o limite temporal de 2026. O pagamento em si da despesa associada a esse projeto será feito no devido tempo depois da comprovação toda das faturas dos contratos associados. Portanto, não temos esta preocupação temporal para fazer esse pagamento. Se bem que é essencial fazê-lo o mais rapidamente possível, temos de o fazer com segurança. Temos de olhar para as despesas, ver se as despesas correspondem àquilo que foi o projeto aprovado e tudo isso. Mas o objetivo principal aqui é a conclusão física.

> *"Estaremos dentro dos quatro países da UE com maior execução, a par da Itália, Espanha, França e Croácia. Estamos a fazer um trabalho que nos permite captar todos os 22 mil milhões de euros."*

> *"O tempo é o maior desafio que temos no PRR. É uma regra imposta pela Comissão Europeia que não se pode alterar. As dificuldades que sentimos são sentidas por outros países também."*

Em que é que tem contribuído a pressão alta, utilizando um termo que é muito usado no futebol, do Presidente da República, do Tribunal de Contas, para que seja acelerada a execução? Tem sido um fator importante ou não?
A nível desta pressão, quando se refere que o tempo é limitado para a execução deste plano de investimentos, concordamos todos com esse aspeto. Ninguém discorda de que esse é exatamente o desafio essencial no PRR. Estamos alinhados com este aspeto. O que não podemos é olhar apenas para a implementação financeira e tirar uma conclusão errada de que a implementação financeira do plano tem de estar concluída até 2026, como acabei de explicar anteriormente. Portanto, se quisermos estar preocupados com o tempo, temos que olhar para um indicador diferente, que é a execução do PRR e a execução do PRR são os marcos e metas comprovados por Bruxelas.

Neste caso também temos de olhar para prédios que estejam a ser construídos, centros de saúde, vias de comunicação. Ou seja, também há uma perceção física que as pessoas têm sobre se o projeto está a avançar ou não, mais até do do que a questão financeira.
Sim, exatamente. É isso. Como referi no início, as medidas ao nível da transparência irão permitir assinalar projetos que as pessoas não se dão conta.

Podem olhar e podem perceber em que ponto é que está...
E percecionar melhor que investimentos é que estão a ser apoiados no PRR. Tem de se olhar é para o nível de discussão verdadeiro do PRR junto da Comissão Europeia, que é isso que interessa. Se chegarmos ao final de 2026 e comprovarmos os dez pedidos de pagamento com os 364 marcos e metas comprovados, aquilo que temos é que todos os investimentos foram executados. Estão executados fisicamente. Não quer dizer que existam ajustamentos necessários. Estamos a falar de um plano e um plano, como o próprio nome indica, cria desvios. Portanto, há questões programáticas que precisam ter desvios. Há projetos que terão que ser ajustados. Mas também temos ouvido falar ao longo dos governos que passaram pelo PRR que os investimentos do PRR são para fazer.

Com ou sem PRR?
Na íntegra no PRR ou cofinanciado pelo PRR em função do tempo. Mas os grandes projetos de investimento que o PRR tem são os que têm um risco potencial maior do ponto de vista de deslizar para além da fasquia temporal de 2026.

A desburocratização e os riscos de aumento de perceção de corrupção nestes grandes projetos estão a ter algum tipo de de intervenção no PRR?
É muito difícil entrar nesse domínio da simplificação de códigos de contratação pública. Seria, digamos, que o cenário ideal para concretizar projetos de forma mais rápida.

Mas seria difícil por causa dos riscos que acarreta a nível da perceção, da falta de transparência?
Sim, porque há um conjunto de riscos e há portas que se abrem, que fica depois mais difícil de controlar. Tem sido feito um trabalho de criar medidas especiais e existe uma unidade que trata exatamente da criação e do estudo de algumas medidas simplificadoras e especiais a nível da contratação pública, que possam ajudar a ter aqui algum queimar de etapas

"26 mil casas num mercado carenciado, que certamente precisa de muitas mais do que estas, é obviamente um desígnio que convoca todos e temos de atingir o melhor resultado possível."

com segurança. Mas acima de tudo e aquilo que é muito importante, porque eu tenho alguma experiência em termos de fundos europeus, é que o PRR tem uma data de níveis de controlo, de fiscalização e de auditoria, quer a nível nacional, quer a nível europeu, muito rigorosos. E, portanto, a esse nível coloca-se aqui a burocracia, mas temos depois a vantagem de estar mais seguros. Não podemos baixar muito a guarda, sob pena de perdermos os indicadores que Portugal tem sobre os níveis de corrupção nos fundos europeus, que é um nível baixo face ao que acontece em outros países. Não queremos que o PRR venha a contribuir para aumentar esses índices. Temos um sistema de controlo interno bastante robusto, com algumas queixas de quem o utiliza por ser muito burocrático, obviamente, mas julgamos que que esse é um ponto que não podemos baixar o nível de controlo e de auditoria.

Quais são os projetos com maior risco de ficar para trás?

Nenhum investimento do PRR vai ficar para trás.

O Governo já falou que uma linha de metro em Lisboa poderá ter de ficar para trás, por exemplo.

Ouvi isso dessa forma. Obviamente que os maiores riscos têm a ver com investimentos de maior dimensão, exatamente porque alguns deles tiveram, como são o caso das linhas de metro, situações de impugnação de reclamações que levaram ao atraso do arranque desses projetos. Aquilo que temos de fazer é, se necessário, ao considerarmos que não serão projetos para executar na íntegra no PRR, ver a forma como se ajusta o valor desses investimentos, fazendo um projeto em cofinanciamento entre aquilo que o PRR pode financiar e aquilo que ficará para ser financiado por fundos nacionais.

Redirecionando a parte financeira que é libertada ou não?

Direcionando a parte financeira que é libertada, se for o caso e se houver essa decisão, uma vez que esses projetos são projetos de empréstimos, há que fazer uma análise muito crítica sobre este aspeto e avaliar o custo benefício se será necessário ou não pedir dinheiro ao Estado ou, por outro lado, obter o financiamento desse projeto ou da parte que falta, por verbas nacionais que poderão ficar a um preço idêntico, sem condições tão rígidas como aquelas que são impostas aqui na gestão do programa.

Em relação à habitação, há cerca de 33 mil habitações elegíveis que ficaram fora do PRR. Na sua última análise ao estado do PRR, o responsável da Comissão Nacional de Acompanhamento, Pedro Dominguinhos, considerou preocupante a execução deste 1.º Direito, o da Habitação, e recomendou que fosse avaliado o grau de maturidade de cada investimento, de forma a substituir aqueles cuja conclusão dentro do prazo se torne manifestamente inverosímil. Queria saber se isso está a ser feito e como estão a gerir esta questão da habitação, que é tão relevante hoje em dia no nosso país?

Para este objetivo de 26 mil fogos que devem ser entregues a famílias carenciadas o PRR disponibilizou uma verba de 1 407 milhões. Todo este montante foi contratualizado entre a Estrutura de Missão e o IHRU para atingir estes 26 mil fogos. Contudo, face ao aumento das matérias-primas e ao aumento do custo de mão de obra, foi necessário para atingir este montante que a medida fosse reforçada por verbas nacionais do Orçamento do Estado de cerca de 791 milhões. Portanto, ao todo, ficamos com 2198 milhões para este programa de habitação. No quinto pedido de pagamento que submetemos a 3 de Julho passado comprovamos uma meta intermédia para este investimento de 1530 fogos entregues a famílias.

Mas falta muito ainda para as 26 mil habitações...

Esta é uma meta intermédia que o relatório da Comissão Nacional de Auditoria dizia que não estava completa, o que não é a realidade. Ela foi comprovada à Comissão Europeia no quinto pedido de pagamento sobre este valor. Por outro lado, o IHRU está a terminar a aprovação dos últimos projetos para atingir as 26 mil casas em termos, sendo que a meta em 2026 vai ser a entrega destas casas às famílias. Todo este processo está em curso. Há casas que já estão em adiantado estado de execução e ainda não foram entregues, outras iniciaram recentemente. Aquelas que ainda não iniciaram certamente terão de o fazer muito rapidamente ou entrarão naquela medida, que agora foi aprovado neste plano de ação, de cativação e esses projetos terão que ser substituídos por outros que podem ter capacidade de execução até essa data. Vamos ter mais uma meta intermédia em 2025, com 10 mil habitações e no final, em 2026, temos as 26 mil habitações. O que temos de fazer é aprovar projetos com possibilidade e planeamento de execução para estas datas. O concurso fechou e em abril deste ano entraram candidaturas para cerca de 53 mil fogos.

Elegíveis também ou não?

Não sei se são elegíveis. São candidaturas que precisam de ser analisadas.

Estranho não ser concluído com tanta gente interessada em construir...

É um trabalho enorme para o qual foram convocadas as câmaras e todas as entidades públicas relacionadas com a política de habitação para que isto aconteça, porque é um objetivo que nunca se fez. 26 mil casas num mercado carenciado que certamente precisa de muitas mais do que estas. É obviamente um objetivo e um desígnio que que convoca todos e temos que atingir o melhor resultado possível a esse nível.

Mas o critério agora será apenas aprovarem aqueles que vão ver que é possível concluírem as obras em 2026, não é?

Esse critério é importante. Nunca aprovámos projetos para 2030, foram todos até 2026. O que é o facto, como falávamos há bocado, é que por vezes o promotor desse projeto assinou o contrato a dizer que fazia e por qualquer circunstância está atrasado ou não o fez. Aquilo que nós queremos fazer agora é falar com esses promotores e dizer ou fazemos o projeto ou vamos ter que tomar aqui uma medida de substituir este projeto por outro que tenha a capacidade de execução para essa data.

Já percebemos que não está em cima da mesa a ideia de devolver dinheiro...

De maneira nenhuma.

Portanto quem não concluir as obras a tempo vai ter de arranjar outras formas de as financiar para acabar...

Por exemplo, no caso do 1.º Direito, os municípios assinaram contratos, termos de responsabilidade e comprometeram-se com as datas compatíveis com a execução do PRR. Mas se, por qualquer razão, isso não acontecer, o 1.º Direito tem uma abrangência maior do que o PRR. Talvez em condições não tão vantajosas, mas o 1.º Direito continuará e terá financiamento desses projetos mesmo para além de 2026. Se não forem concluídos a 2026 o município pode manter a candidatura no 1.º Direito, com condições diferentes daquelas que são apresentadas no PRR, porque aqui temos financiamento a 100% de todo o investimento.

Admite que os governos europeus consigam magicar alguma coisa que prolongue o prazo de utilização dos fundos da "bazuca"?

Naquilo que é o quadro regulamentar atual, será uma situação algo difícil, porque exige uma decisão unânime de todos os Estados-membros sobre uma condição de recurso financeiro. Quer dizer que, para este orçamento imputado ao mecanismo de recuperação e resiliência, a Comissão Europeia vai endividar-se ao mercado por conta dos Estados-membros. Portanto, não me parece que seja agora possível, ou pelo menos de uma forma facilitada, reunir todos os 27 Estados-membros numa nova decisão de recurso para além de 2026. Mas julgo que os países, todos eles, têm esse desafio e essa vontade de exigir alguma flexibilidade temporal.

Como é que explica aos portugueses não conseguirmos executar todo este financiamento que está ao nosso dispor?

O financiamento que temos ao nosso dispor será executado do ponto de vista do PRR, a nível das subvenções que estão atribuídas a este programa. Não temos dados que nos levem a apontar que Portugal possa não utilizar o dinheiro que está disponível para esse efeito. Esta é a convicção que temos e trabalhamos todos os dias para que isso aconteça. Não tenho outra indicação senão essa. É esse o foco do nosso trabalho diário.

Lula da Silva no Parlamento levou Chega a fazer manifestação em 2023.

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Dirigentes locais do Chega pressionados para levarem manifestantes a Lisboa

ULTIMATO Mensagem enviada a coordenadores concelhios do Porto antecipa "consequências políticas" para aqueles que "decidirem relaxar". Ventura não comenta, mas Chega vê 21 de setembro como "prova de fogo".

TEXTO **LEONARDO RALHA**

Dirigentes de estruturas locais do Chega estão a ser pressionados para que assegurem a ida do máximo de pessoas à manifestação contra a imigração, convocada pelo partido, que se realizará em Lisboa, a 21 de setembro. Não só estão a ser recordados de que se pretende "a maior e a mais importante" saída à rua de militantes e apoiantes do partido desde a sua fundação, como são anunciadas, em termos explícitos, consequências negativas para quem não der o contributo necessário para essa mobilização.

Numa mensagem que foi enviada pelo responsável pela concelhia de Santo Tirso, Artur Carvalho, dirigente próximo de Rui Afonso, deputado do Chega e líder da distrital do Porto, a todos os coordenadores concelhios do distrito, é comunicado que "André Ventura considera esta manifestação uma prova de fogo, e estará atento a todas as distritais e a todas as concelhias, tirando ilações do trabalho efetuado, e claro que também haverá consequências políticas para aqueles que decidirem relaxar e virar as costas ao partido".

Aos coordenadores concelhios do Chega no distrito do Porto, onde o partido teve 15,33% nas legislativas (quase três pontos percentuais abaixo do resultado nacional) e elegeu sete deputados, é igualmente comunicado que o partido disponibiliza transporte gratuito em autocarros que irão partir da Praça Velasquez [cujo nome oficial é Praça Francisco Sá Carneiro], no Porto, em direção a Lisboa. "Comecem já a agilizar o máximo de pessoas para esta manifestação. Temos que encher o maior número de autocarros possíveis", indica a mensagem, a que o DN teve acesso, dizendo que a "máxima importância" de mobilizar o máximo de pessoas para participarem a manifestação "contra a imigração descontrolada e a insegurança nas ruas" foi algo que André Ventura "pediu para transmitir a todas as distritais, assim como a todas as concelhias".

O DN procurou saber se Rui Afonso concorda com o teor da mensagem de Artur Carvalho – que integra os órgãos distritais portuenses do Chega –, nomeadamente quanto à ameaça de "consequências políticas" para os que "decidirem relaxar e virar as costas ao partido e ao seu líder", mas não foi possível obter esse esclarecimento do deputado até ao fecho desta edição.

Também André Ventura não comentou as ameaças do líder da concelhia de Santo Tirso do Chega, a quem o DN procurou igualmente contactar. No entanto, é claro dentro do Chega que a manifestação de 21 de setembro é "uma prova de fogo" e deverá ser algo com que "Lisboa se sinta verdadeiramente marcada", sendo fulcral que venham pessoas de todo o país. Assim sendo, a "pressão alta" sobre as estruturas locais será uma constante nas semanas que antecedem o evento.

O Chega já fez outras manifestações, como a motivada pela presença do presidente do Brasil, Lula da Silva, na Assembleia da República, a 25 de abril de 2023. Apesar de terem participado várias centenas de pessoas, houve reparos à falta de mobilização. Neste ano, o partido apelou a um protesto de agentes policiais em julho, tendo algumas centenas comparecido para tentar assistir à sessão plenária, em que foram debatidas propostas sobre o subsídio de risco, mas muitos distanciaram-se do partido.

Já em 2020, durante a pandemia, o Chega fez a marcha "Portugal não é racista", em que algumas centenas foram do Marquês de Pombal ao Terreiro do Paço, em Lisboa, para ouvir o então deputado único André Ventura.

> "André Ventura considera esta manifestação uma prova de fogo, e estará atento a todas as distritais e a todas as concelhias", indica a mensagem.

Contra "imigração descontrolada"

A manifestação convocada pelo Chega para 21 de setembro, em Lisboa, insere-se na estratégia do partido para o novo ciclo político, tal como um referendo à imigração que André Ventura colocou como condição para negociar a viabilização do Orçamento do Estado para 2025 com o Governo. Anunciada oficialmente a 14 de agosto, a manifestação foi justificada como sendo contra "a imigração descontrolada e a insegurança nas ruas", tendo um percurso que "deverá envolver" a Praça do Município, a Baixa de Lisboa e a Avenida Almirante Reis, que é uma das artérias lisboetas mais caracterizadas pela presença de comunidades estrangeiras e pelo multiculturalismo. O Chega argumentou que o "descontrolo" na imigração "tem preocupado os portugueses", tal como o "aumento da criminalidade, confirmada pelos autarcas de Lisboa e Porto". Como o DN noticiou, a iniciativa mereceu o apoio de grupos xenófobos, como o Movimento 1143 e o Reconquista, cujos dirigentes admitiram sair à rua para participar na manifestação.

Partidos questionam Governo sobre censura a utentes de Santa Maria

PERSPETIVAS PS, IL e PCP rejeitam o "quadro de condicionamento" adotado pela administração da Unidade Local de Saúde de Santa Maria, mas por motivos diferentes.

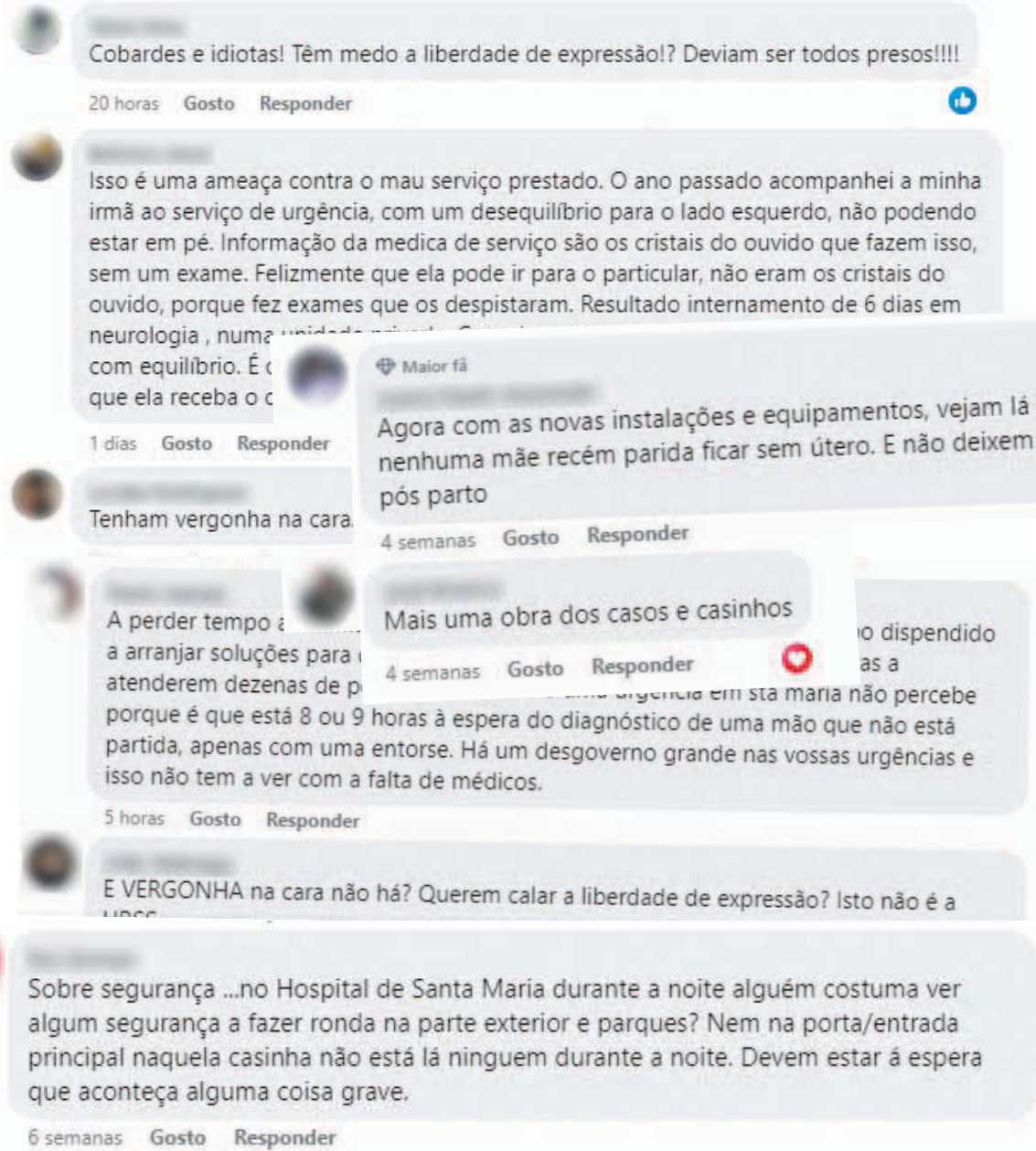
TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

Na sequência da ameaça de abrir processos judiciais contra os utentes que partilhem "publicações ofensivas" nas redes sociais da Unidade Local de Saúde de Santa Maria (ULSSM), protagonizada pela administração da instituição, os partidos assumiram diferentes posições. A IL quer ouvir o presidente do conselho de administração da ULSSM, Carlos das Neves Martins, no Parlamento, enquanto PS e PCP questionam o Governo sobre a origem e o desfecho do problema. Entretanto, os comentários reativos multiplicaram-se no Facebook de Santa Maria, como resposta à justificação dada pela instituição, de que o objetivo é "proteger os profissionais da Unidade Local de Saúde de Santa Maria de publicações ofensivas, injuriosas das boas práticas e do seu bom-nome".

Uma deambulação na diagonal pelo Facebook da ULSSM anterior ao dia 28 de agosto mostraria, acima de tudo, comentários elogiosos pelo serviço prestado.

"Parabéns... 5 estrelas. Um bem haja para este grande hospital de excelência", escreveu alguém no início desta semana, como resposta a uma publicação oficial.

Depois de ser conhecido o despacho da administração, a tendência inverteu-se. "Tenham vergonha na cara. Sejam humildes e aprendam com as críticas", escreveu outra pessoa.

"Ficámos perplexos com o facto de termos uma unidade de saúde que assinou um despacho a instruir os seus serviços jurídicos a não prestar cuidados de saúde, que é a sua missão, mas a perseguir os seus utentes nas redes sociais", explicou ao DN o deputado da IL Mário Amorim Lopes, acrescentando que em "alguns crimes que possam já estar tipificados na lei, nomeadamente questões de difamação, o hospital não tem de intervir. O próprio apresenta queixa contra quem possa ter proferido essas injúrias ou essa difamação".

Para além disto, o deputado considera "caricato" que "o mesmo presidente do Conselho de Administração" tenha "dito que, se por acaso tiver existido uma reclamação formal antes, então aí já é possível" que o utente reclame nas redes sociais. "Então aí o utente", conclui o deputado criticando a posição de Carlos das Neves Martins, "já pode desabafar".

Comentários retirados do perfil do Facebook da ULSSM.

Também o PS se pronunciou sobre o despacho da administração da ULSSM, mas optou por questionar o Governo sobre alguma "orientação" que possa ter dado, ou se foi da exclusiva responsabilidade da administração.

Para os deputados socialistas, o despacho "constitui um precedente de arbitrariedade, por determinar uma orientação genérica colocando no Gabinete Jurídico a responsabilidade não de dar sequência a eventuais ilícitos penais identificados concretamente pela administração ou por profissionais que se sintam lesados, mas antes determinar ser o próprio gabinete o agente investigador e delator".

O PS admite que quem ofende ou comete outros atos ilícitos "têm de ser objeto de instrução e sancionamento, se for caso disso", mas contrapõe que este despacho "*sui generis* evidencia uma intenção subliminar de constranger" a liberdade de expressão.

"É, por isso, da maior importância perceber qual a posição do Ministério da Saúde relativamente a esta determinação geral e ímpar", conclui.

Também o PCP questionou ontem o Governo sobre "como avalia a decisão" de Carlos das Neves Martins, para além de querer saber que "orientação" deu. Os comunistas também querem saber se o despacho vai ser revogado e se os direitos dos utentes e dos profissionais de saúde vão ser salvaguardados.

No entanto, o PCP centrou-se na origem do descontentamento dos utentes e questiona o Governo sobre que "medidas vai adotar para assegurar a prestação de cuidados de saúde" e "prevenir situações" que conduzam a reclamações.

"Não pactuamos com ações de injúrias, ofensas que sejam dirigidas aos profissionais de saúde, mas também não podemos estar de acordo com ações que são desproporcionadas e que procuram condicionar a opinião dos utentes relativamente aos serviços públicos", assumiu a deputada do PCP Paula Santos em declarações ao DN, acrescentando que o "desejável é evitar situações de descontentamento, de conflitualidade que possam surgir", que, defende, só acontecem "devido ao desinvestimento de sucessivos governos no Serviço Nacional de Saúde".

À margem deste tema, o PCP também confirmou ontem que vai propor "um debate sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde com a presença do Governo na Comissão permanente, prevista para o próximo dia 11 de setembro".

O DN contactou a ULSSM, mas não obteve resposta.

HOMEM DE GOUVEIA/LUSA

Pedro Ramos (governante com tutela da Proteção Civil), Miguel Albuquerque e António Nunes (presidente da Proteção Civil madeirense) são acusados, pelos partidos da oposição, de "descontrolo".

PJ contraria Albuquerque e PS não hesita: "Mentiu"

MADEIRA Tese de "fogo posto" foi desmentida pela Judiciária. Foram "foguetes" em dia de arraial. PS quer explicações na Comissão de Inquérito.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

Edgar Silva, do PCP/Madeira, já tinha no sábado passado, em declarações ao DN, questionado a origem da autorização para que, no dia 14 de agosto, tivessem sido "lançados foguetes no arraial" na Serra de Água – zona onde o incêndio teve início.

Miguel Albuquerque, presidente do Governo Regional, sempre referiu como justificação que a causa tinha sido "fogo posto" e em local "inacessível num período em que o meio aéreo não podia atuar". O alerta de incêndio foi dado às 9h48 e às 14h45 foi dada notícia da mobilização do único helicóptero existente na Madeira para o combate a incêndios.

A PJ, em comunicado, esclareceu, ontem, que o "incêndio terá tido origem no lançamento de foguetes" e que "através da recolha de depoimentos com relevo, análises de circunstâncias, informação meteorológica, informação oficial de várias entidades, bem como análise indiciária de vários elementos, permitiu identificar quer o local, quer os responsáveis pelo lançamento dos foguetes".

Paulo Cafôfo, líder do PS/Madeira, considera, por isso, que "lá se foi a tese" de Albuquerque "de fogo posto", que havia "razões intencionais e em local a que os bombeiros não podiam chegar" e revela também que foi informado, numa visita à Serra de Água, que "tudo terá começado por um foguete lançado por um popular nas imediações da igreja" – tese agora confirmada pela PJ.

Ao que o DN apurou, um suspeito já foi constituído arguido. O segundo envolvido no caso, também pelo lançamento de foguetes, está fora do país e sob investigação. Não está ainda esclarecido se a autorização para estes lançamentos de fogo de artifício, por particulares e não por empresas, foi concedida pela PSP e também pela Câmara Municipal da Ribeira Brava.

> *"Não tenho dúvida nenhuma que derivou de fogo posto, em meio inacessível, num período em que o meio aéreo não podia atuar."*
> **Miguel Albuquerque**
> *Presidente do Governo Regional da Madeira*

"Onde o Governo Regional e a Proteção Civil mais erraram foi, desde logo, na Serra de Água, no dia 14 de Agosto [dia em que o incêndio começou], quando foram lançados foguetes no arraial, e não houve um mobilização adequada dos meios de intervenção para combater o fogo que ali tinha deflagrado", afirmou Edgar Silva ao DN.

O líder do Chega/Madeira no sábado, em declarações ao DN, referia a "falta de rigor e profissionalismo" na abordagem inicial ao incêndio. Miguel Castro garantiu que "o primeiro foco de incêndio" foi "detetado muito a tempo numa área de fácil acesso" e que "se a primeira intervenção tivesse sido levada a sério e tivesse tido uma intervenção mais musculada, muito provavelmente o incêndio não teria tomado as proporções que acabou por tomar".

Victor Freitas, antigo líder parlamentar do PS, não hesita na acusação: Albuquerque "mentiu". E o objetivo seria "arranjar um culpado e assim as pessoas esquecerem que levou quatro dias para vir à Madeira" – Albuquerque estava de férias em Porto Santo.

"Como se vê haverá muito por explicar na comissão de inquérito", afirma Paulo Cafôfo.

"A questão das quotas não faz uma política de imigração"

SUMMER CEMP António Vitorino criticou proposta do Chega e ironizou: "Também podemos fazer um referendo sobre se o sol deve brilhar todos os dias."

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

O presidente do Conselho Nacional para as Migrações e ex-diretor geral da Organização Internacional para as Migrações, António Vitorino, criticou ontem a ideia de um referendo sobre a imigração proposto pelo Chega. "A questão das quotas não faz uma política de imigração", defendeu.

À chegada ao Summer CEmp, a escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal, que decorre até amanhã em Miranda do Douro, o ex-comissário europeu antecipou um pouco a mensagem que queria transmitir aos 40 jovens presentes e aos habitantes locais que foram ouvi-lo na sessão junto ao castelo, ao pôr do sol.

"As quotas, como outros instrumentos, são formas de gerir uma política de imigração. Portanto, o que se exige é uma política de imigração a montante de adotar o instrumento", reforçou, para depois ironizar: "Também podemos fazer um referendo sobre se os portugueses acham que o sol deve brilhar todos os dias."

Para António Vitorino, a questão de um referendo visto isoladamente é "totalmente inútil", defendendo um "debate sério sobre a política de imigração que queremos". Porque, insistiu, "as quotas não respondem a essa questão, que é o grande desafio de todas as sociedades contemporâneas".

Em relação à política europeia, o presidente do Conselho Nacional para as Migrações admite que não concorda com tudo o que está no Pacto das Migrações e do Asilo. Mas considera que este foi "um passo positivo", porque "se desbloqueou uma situação de impasse que se arrastava há vários anos".

"O que é preciso é reconstruir a confiança mútua entre os Estados-membros para uma gestão conjunta da imigração. Porque até aqui o que nós tínhamos visto era um sistema de empurrar para o teu vizinho. Empurrar o problema para o lado, para que ele não seja meu, não é solução. O problema anda às voltas e vai sempre bater às mesmas portas", referiu António Vitorino, dizendo que os próximos dois anos, em que o pacto vai ser aplicado na prática, vão ser decisivos. "O pacto cria uma oportunidade para ultrapassar essas posições enquistadas e começar a construir uma visão conjunta da imigração", concluiu.

António Vitorino na Summer CEmp, escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Opinião
António Capinha

Eleições nos Estados Unidos. A noiva e a besta

5 de novembro não será uma data importante apenas para os Estados Unidos, mas para todo o mundo. O resultado das eleições norte-americanas será decisivo para o equilíbrio mundial, e há um dado adquirido. Se Donald Trump vencer as eleições, toda a humanidade estará perante o perigo de se instalar uma profunda entropia no equilibro sociológico e político do mundo.

Trump é um daqueles homens que a humanidade conhece de século em século. Uma aberração política que, infelizmente, é seguida por quase metade dos 333 milhões de norte-americanos. Mas o que se passa com os Estados Unidos? Um país que muitos, hoje, consideram à beira de uma guerra civil. Há uma parcela dos Estados Unidos que não interiorizou ainda que em décadas, sociologicamente, o país mudou. Há do lado dos apoiantes de Donald Trump uma inexplicável recusa na aceitação de que a população afro e latino-americana é vital na economia e nos círculos do poder. O Partido Republicano perdeu o seu brilho e o sentido liberal dos seus projetos para se transformar numa emanação institucional das piores cartilhas políticas do Ku Klux Klan. O que dizer de um candidato presidencial que defendeu, perante o espanto dos seus colaboradores, a construção de um fosso de três mil quilómetros repleto de cobras e crocodilos para impedir a entrada de imigrantes nos Estados Unidos. "*They are poisoning the blood of our country*", grita Trump nos seus comícios referindo-se aos imigrantes. O que se passa na cabeça dos norte-americanos que seguem este tipo de narrativa? As duas bandeiras políticas de Trump são o que de mais regressivo pode haver para a humanidade. A energia e a imigração. Trump tem um projeto de deportar 15 milhões de imigrantes que, atualmente, fazem parte do sistema económico e financeiro dos Estados Unidos. Como será isto possível? Donald Trump recusa a evidência de que a humanidade tem de procurar inverter a questão ambiental e descobrir novas formas de energia menos poluentes e agressivas. "*Drill baby drill*", repete Trump nas suas ações de campanha, insistindo na continuidade da extração de combustíveis fósseis. Trump é, politicamente, um ditador. Ou no mínimo quer ser. É alguém que vai muito além da autoridade executiva no exercício da função presidencial. Donald Trump politiza as instituições independentes a seu favor, e exclusivamente a seu favor. Espalha a desinformação, ataca as comunidades independentes, fomenta a violência, não aceita resultados eleitorais e quer controlar a Justiça. O que é que falta nesta lista para termos um ditador?

O seu projeto "Transição presidencial 2025", que conta com dez mil agentes dinamizadores, pretende instalar na Administração Pública norte-americana um alargado conjunto de "funcionários públicos", todos eles fiéis seguidores da ideologia política de Donald Trump.

O Partido Democrata em boa hora encontrou uma alternativa a Joe Biden com a nomeação de Kamala Harris como candidata presidencial. O seu sorriso aberto e a sua alegria esfuziante fazem falta aos Estados Unidos. O seu projeto de pôr fim ao ódio que divide o, ainda, mais importante país do mundo é uma brisa de esperança para os norte-americanos e para o mundo. Kamala não põe em perigo os alicerces da sociedade democrática onde se movimenta o mundo ocidental. Não faz desafios para que a Rússia ataque países da NATO, porque não pagam as suas contribuições para aquela organização. Com Kamala Harris, a Palestina tem uma defensora de um projeto de autodeterminação que construa uma solução de paz para aquela região e ponha fim a uma carnificina como a que se verifica em Gaza. A primeira mulher afro-americana que possa vir a ser eleita para a presidência dos Estados Unidos tem sobre a imigração uma posição sensata de integração dos que procuram melhorar a sua vida na lógica do que lhes foi vendido como o sonho americano.

Talvez que o calcanhar de Aquiles de Kamala possa ser o seu projeto económico (ainda pouco conhecido) para os Estados Unidos. Subir a carga fiscal em dez anos num valor de cinco triliões de dólares não nos parece ser a melhor trincheira para solucionar as questões financeiras que, atualmente, marcam a economia norte-americana debaixo de uma enorme pressão inflacionista. Aumentar o IRC das empresas nos Estados Unidos de 21 para 28 por cento, quando o valor daquele imposto é de 25 por cento na China e de 21 por cento na União Europeia pode não ser a melhor escolha para dinamizar a economia norte-americana. É usual dizer-se que os americanos votam com a carteira. Na atual conjuntura política convém que a escolha não se limite a um mero Excel económico e que a decisão que os norte-americanos venham a tomar no dia 5 de novembro se baseie, também, em valores civilizacionais. Nos valores que enriquecem o mundo com projetos de entendimento e compreensão humana. E não em falsas soluções que o fazem regredir para patamares de bestialidade e ódio como os que, historicamente, conhecemos noutros momentos e noutras latitudes.

Jornalista

Opinião
Miguel Romão

Perguntar não ofende?

Poucas expressões revelam tão bem a sonsice lusa enquanto sentimento dominante da Raça. "Perguntar não ofende", esconde-se a criança da crítica. "Perguntar não ofende", legitima-se o vendedor de banha da cobra. "Perguntar não ofende", dizem também os grandes democratas de televisor nos seus arrebiques cesáreo-parolitos. Diz o avô, diz o bebé. Bem, posso dar-vos uma daquelas novidades tão extraordinárias que estará até fora da linha do tempo e de qualquer lógica deôntica: perguntar, sim, ofende, especialmente quando com isso se pretende a insídia de normalizar o medo, a mentira e até o simples mal, aquele de dentro de nós, que já nos dá tanto trabalho a conter nos baús da vergonha e a limpar quando alastra. A armadilha é bem conhecida da história. Gritar o fogo que não existe contra o incendiário que se inventa, para o vir apagar e sair em ombros, de preferência com aquele *fácies* alvo de inesperado e inafastável cumprimento do dever – também conhecido, lá está, como sonsice e tão patentemente colocado em efígie entre nós por personagens como D. Pedro IV, Salazar, Cavaco Silva ou José Castelo Branco. Basta juntar a isso a dose elevada de pobreza, de beatice, de alcoolismo, de falta de instrução, de inveja e de ressentimento, seja ele contra quem for, e está assegurado o alastrar desse fósforo. O fósforo. Esse calorzinho de conforto que se sentirá quando se quer mal a outro e nisso nos julgamos salvar. Esse travozinho de justiceiro do livro, aberta a torrente de almas ao seu juízo singelo, mas eterno, qual fardado arrumador de sala de cinema que se sente o Visconti, durante quinze minutos, cinco vezes por dia, amparado pela penumbra e pela irrelevância. Assim está André Ventura, que apresentou aos eleitores uma proposta de referendo no programa do Chega e a recuperou agora, perguntando-se sobre quotas e autorizações de residência com o mesmo ímpeto dissimulado de cal e benzina com que um canal de televisão, aquele que o inventou, aliás, grita horror, vergonha, medo, drama, a cada segundo. Todos legitimados, claro, nessa cornucópia interminável de verdades e hidromel que são os interesses das pessoas, as opiniões das pessoas, os direitos das pessoas, as decisões das pessoas, o dinheiro das pessoas, tudo aquilo que permita encher a boca com pessoas, mesmo se não permite encher a boca a pessoas ou, em diversos momentos, simplesmente fechá-la. Aqui creio ser devido também um momento de reconhecimento a António Costa. À falta de entretém, e com enorme vergonha alheia da minha parte, resolveu que o melhor para passar o tempo era participar ativamente no branqueamento do discurso e do enlamear constante da CMTV e passear-se numa furgoneta de banalidades que, não podendo horrorizar ou decapitar, não sendo dantesca nem infernal, é só assim, se calhar, o que sempre foi. Estamos bem, estamos. A caminho de nós próprios – como se poderia dizer numa qualquer contracapa de livro de autoajuda, sucesso de vendas, ou mesmo num glúteo, menos exitoso, mas mais torneado, de tanto subir e descer na escada rolante.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Por que razão a alimentação escolar gratuita se está a tornar uma questão de campanha?

ESTADOS UNIDOS Estados liderados por democratas tendem a aumentar a oferta de refeições gratuitas para todos os alunos, mas o tema não é consensual. O custo elevado para os cofres federais e suspeitas de fraude são problemas identificados pelos opositores.

TEXTO **KIM SEVERSON** - *THE NEW YORK TIMES*

As refeições escolares têm aparecido nos noticiários norte-americanos ultimamente, e não apenas porque os alunos começam a regressar às salas de aula. O Governo Federal dos Estados Unidos compra refeições para os estudantes desde 1946, quando o presidente Harry S. Truman assinou a Lei Nacional de Refeições Escolares. A ideia era fornecer alimentos a crianças carenciadas em idade escolar e, ao mesmo tempo, utilizar culturas excedentárias, o que ajudaria a aumentar os preços dos alimentos.

Quando a vice-presidente Kamala Harris escolheu o governador do Minnesota, Tim Walz, como seu companheiro de candidatura com vista às presidenciais de novembro, a questão das "refeições escolares universais" ganhou destaque. Isto porque, no ano passado, Walz assinou um projeto de lei que permitia às escolas públicas fornecer pequeno-almoço e almoço gratuitos a todos os alunos. Isto tornou o seu estado um dos oito que oferecem alimentação gratuita aos estudantes, independentemente do rendimento familiar. O conceito, que tende a ser mais popular entre os democratas do que entre os republicanos, irá provavelmente tornar-se uma questão na corrida presidencial.

O que são "refeições escolares universais"?
Essencialmente, um distrito escolar oferece pequeno-almoço e almoço gratuitos a todos os alunos que frequentam fisicamente uma escola pública (e, em alguns casos, escolas com contratos de associação), independentemente da necessidade. São frequentemente referidas como "refeições escolares saudáveis para todos". A maior parte do dinheiro vem do Departamento de Agricultura dos EUA (DAEUA), que determina as necessidades nutricionais de cada refeição. Os dólares estaduais e, por vezes, locais, preenchem as lacunas.

Embora a ideia tenha sido promovida há muito tempo por alguns educadores, nutricionistas e pessoas que trabalham para melhorar a qualidade da alimentação escolar, apenas alguns estados oferecem refeições gratuitas para todos. A cidade de Nova Iorque oferece pequeno-almoço e almoço escolar gratuitos desde 2017.

> Um aluno pode passar pela fila do refeitório, mas ver a refeição ser retirada à frente dos outros estudantes porque a conta do almoço da família tem saldo pendente.

Quantas crianças comem refeições escolares gratuitas?
Num dia normal durante o ano letivo de 2022/23, cerca de 11,1 milhões de crianças tomaram um pequeno-almoço gratuito fornecido por uma escola pública ou associada, e 19 milhões de crianças comeram refeições escolares gratuitas, de acordo com o DAEUA. Outros 1,6 milhões tomaram o pequeno-almoço ou almoçaram por um preço reduzido – aproximadamente 27 cêntimos de euro ao pequeno-almoço e 36 cêntimos ao almoço.

Como é que a maioria dos distritos as paga?
Pensemos nas cantinas escolares como restaurantes que funcionam como empresas independentes. O dinheiro federal, estadual ou local que flui para os distritos para gerir as suas escolas não inclui automaticamente o financiamento para os refeitórios.

O orçamento do refeitório provém de uma fórmula federal complexa que determina os reembolsos com base na situação financeira de cada criança. Pode chegar aos 4,54 dólares (pouco mais de quatro euros) se uma criança se qualificar para uma refeição gratuita, ou apenas 42 cêntimos (38 cêntimos de euros). O custo inclui o pagamento do pessoal para preparar a refeição e determinar quem se qualifica para refeições gratuitas ou com desconto. Normalmente, as crianças recebem refeições gratuitas se o rendimento do seu agregado familiar for inferior a 130% do limiar da pobreza. O almoço pode custar-lhes apenas 40 cêntimos se o seu rendimento familiar se situar entre 130% e 185% do limiar da pobreza. Todas as outras crianças pagam o preço total (cerca de 2,70 euros) pelo almoço na maioria das escolas.

A questão está a surgir agora porquê?
A popularidade da alimentação escolar universal aumentou quando chegou a pandemia de covid-19. Em 2020, a administração Trump decidiu oferecer refeições escolares gratuitas a todos os alunos. O programa expirou no outono de 2022 e os distritos começaram a cobrar pelas refeições.

Alguns estados gostaram tanto da alimentação escolar universal que acrescentaram verbas próprias ao dinheiro federal e continuaram a oferecer a todos o pequeno-almoço e o almoço escolar sem custos. Para além do Minnesota, Colorado, Califórnia, Maine, Massachusetts, Michigan, Novo México e Vermont oferecem alguma forma de alimentação escolar universal. Todos têm governadores democratas.

Desde então, pelo menos 28 outros estados e o Distrito de Columbia tentaram reduzir ou eliminar totalmente os requisitos de elegibilidade para as refeições escolares gratuitas. Alguns projetos de lei, incluindo os do Dakota do Sul e do Wisconsin, morreram. Outros, como os projetos de lei no Oregon e em Rhode Island, estão a ser discutidos na legislatura ou foram retidos para estudo mais aprofundado.

Quais os argumentos a favor da alimentação escolar gratuita?
As refeições escolares gratuitas podem aliviar a fome e ajudar as famílias que podem não ser suficientemente pobres para cumprir os requisitos federais, mas que não têm capacidade para pagar o preço total. Ao fornecê-las a todos, os distritos escolares podem, desde logo, encontrar melhores utilizações (como comprar alimentos melho-

O Governo Federal dos EUA compra refeições para os estudantes desde 1946. Era presidente Harry S. Truman.

JOHN MOORE/AFP

res) para o dinheiro e o tempo dos funcionários que foram gastos na verificação dos pedidos de almoço gratuito e na gestão de quem recebe que tipo de refeição.

As refeições escolares gratuitas levam a um melhor desempenho nas aulas e podem ajudar a corrigir as desigualdades raciais. Também abrem a porta a abordagens mais criativas que podem custar menos a longo prazo, como comprar mais alimentos locais e fornecer refeições saudáveis com menos carne.

A alimentação escolar universal pode evitar a "vergonha do almoço", um termo que se tornou popular para descrever o que acontece às famílias com dívidas não pagas de alimentação escolar. Um aluno pode passar pela fila do refeitório, mas ver a refeição ser retirada à frente dos outros estudantes porque a conta do almoço da família tem saldo pendente. Por vezes, uma criança com dívidas de refeições escolares receberá um substituto, como uma sanduíche de manteiga de amendoim.

O argumento é que as escolas suportam o custo dos computadores e das carteiras. Então, porque não a alimentação, que é essencial para a aprendizagem?

Quais são os argumentos contra as refeições gratuitas?
O custo é um grande problema. Num distrito escolar do Minnesota, o número de alunos que decidiram comer na escola aumentou até 30% desde que as escolas deixaram de cobrar. A participação no pequeno-almoço aumentou cerca de 50%. Como resultado, Walz alertou os legisladores em dezembro para ajustarem as suas expectativas de gastos porque o programa custaria mais 81 milhões de dólares nos próximos dois anos devido, em parte, aos aumentos dos custos dos alimentos e aos níveis de participação.

Alguns legisladores do Minnesota disseram que o estado não deveria pagar para que os filhos de famílias ricas comessem de graça, e outros conservadores argumentaram que o programa federal de refeições escolares está repleto de ineficiências e possivelmente fraudes.

> Alguns legisladores do Minnesota, que é governado por Tim Walz, o candidato democrata à vice-presidência, disseram que o estado não deveria pagar para que os filhos de famílias ricas comessem de graça.

Refeições escolares universais farão parte de uma administração Harris?
A campanha Harris-Walz não abordou esta questão diretamente, mas há uma boa probabilidade de que venha a adotar um programa deste tipo. Harris há muito que pressiona por legislação para ajudar as famílias trabalhadoras e reduzir o custo dos cuidados infantis. Apoia a agricultura local e programas que fornecem alimentos de qualidade aos pobres. A administração Biden expandiu a provisão de elegibilidade da comunidade no programa federal de alimentação escolar, permitindo que escolas ou distritos inteiros onde pelo menos 40% dos alunos sejam pobres o suficiente para se qualificarem para refeições federais forneçam pequeno-almoço e almoço gratuitos para todos. Os pais não têm o fardo de preencher formulários extra e a escola não tem de perder tempo a processar as candidaturas.

E uma administração Trump?
Embora a administração de Trump tenha alargado as isenções de almoços gratuitos da era covid, é muito menos provável que apoiasse as refeições escolares universais. Uma recente proposta de orçamento dos republicanos da Câmara pedia a eliminação da disposição de elegibilidade comunitária para a alimentação escolar, que é utilizada por cerca de 40 mil escolas. Sugeriram substituí-la por subsídios estatais para programas de nutrição infantil. Embora Trump tenha tentado distanciar-se do Project 2025, um projeto conservador para o próximo presidente republicano, o documento refere que os programas federais de alimentação escolar "se assemelham cada vez mais a programas de benefícios que se afastaram muito do seu objetivo original e representam um exemplo da constante expansão da presença federal nas operações escolares locais".

Este artigo foi publicado originalmente The New York Times

216 mil apanhados em excesso de velocidade

Mais de 215 mil condutores foram apanhados em excesso de velocidade pelos radares geridos pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) entre janeiro e maio, um aumento de 40% face ao mesmo período de 2023, foi ontem divulgado. Segundo o relatório da ANSR de sinistralidade a 24 horas e fiscalização rodoviária de maio de 2024, o número de condutores fiscalizados aumentou 79,6%, entre janeiro e maio, face a período idêntico de 2023. O relatório dá conta de que, nos cinco primeiros meses do ano, foram fiscalizados 92 402 878 automóveis que passaram pelos radares do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (Sincro), enquanto em igual período de 2023 foram 51 461 809.

O relatório refere também que o sistema de radares da responsabilidade da ANSR assegurou 96% da fiscalização total nos cinco primeiros meses de 2024, enquanto no período homólogo do ano anterior tinha sido 91%. Também as multas que resultaram da fiscalização dos radares do Sincro aumentaram 40%, passando de 154 063 de janeiro a maio de 2023 para 216 656 no mesmo período deste ano.

À exceção da velocidade, todas as outras infrações diminuíram entre janeiro e maio, destacando-se as contraordenações relativas ao cinto de segurança (-47%), utilização do telemóvel (-34%), e condução sob efeito do álcool (-25%).

O relatório avança igualmente que a criminalidade rodoviária, medida em número total de detenções, diminuiu 41,2% por comparação ao período homólogo de 2023, atingindo 8,9 mil condutores.

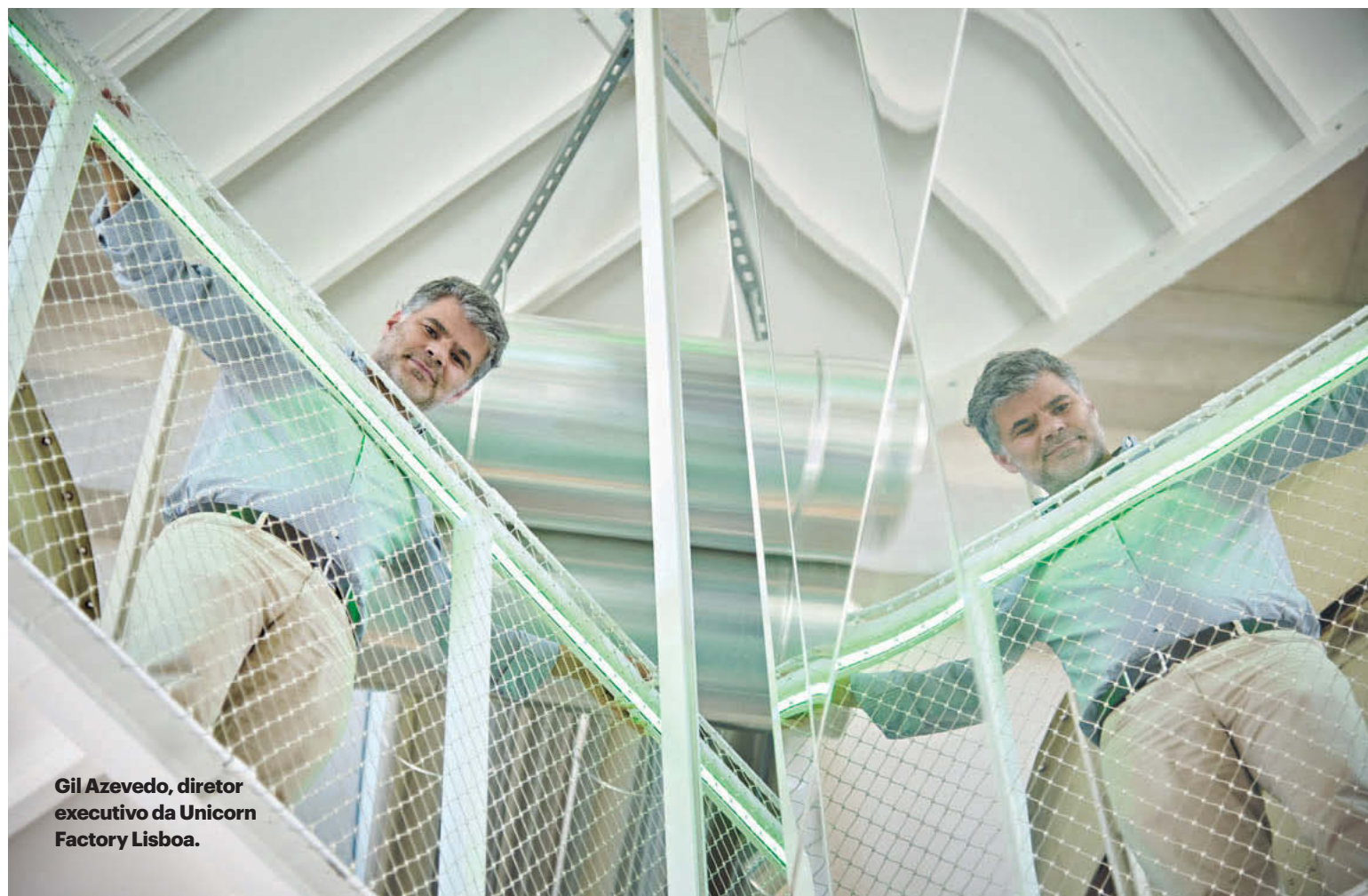
DN/LUSA

BREVES

Funchal adjudica sistema de videovigilância

A Câmara do Funchal aprovou ontem a adjudicação, a um consórcio de empresas, do sistema de videovigilância da cidade, que será composto por 44 câmaras, indicou o vice-presidente da autarquia, Bruno Pereira. O sistema abrangerá 38 locais públicos e, segundo o autarca, em breve será assinado o contrato para a prestação de serviços. A seguir, "a empresa terá seis meses para a implementação", frisou. "É expectável que no final do primeiro quadrimestre do próximo ano possamos ter tudo operacional, se do ponto de vista tecnológico tudo correr da melhor maneira", realçou Bruno Pereira, destacando que o sistema "terá uma lógica de dissuasão" e "pode ser utilizado como meio de prova".

Reabilitação de hotel nas Sete Cidades pode avançar

O Governo dos Açores reconheceu ontem como de "relevante interesse público" o projeto de reabilitação e ampliação do Hotel Monte Palace, nas Sete Cidades (Ponta Delgada, São Miguel), que foi o primeiro de cinco estrelas do arquipélago e está fechado desde 1990. Um projeto da empresa Constellation Version, S.A. pretende reabilitar e ampliar o espaço que foi inaugurado em 1989 e empregava mais de 100 pessoas, mas fechou pouco tempo depois por ausência de lucro. O edifício de cinco pisos tinha dois restaurantes, três salas de conferências, uma discoteca, uma loja, 88 quartos, entre eles uma suite presidencial.

Gil Azevedo, diretor executivo da Unicorn Factory Lisboa.

Fábrica de Unicórnios de Lisboa procura projetos inovadores em três áreas

PRÉMIO Iniciativas devem responder a problemas no acesso à saúde, qualidade da educação e integração de imigrantes. A premiação é de 120 mil euros para cada projeto. Prazo de inscrições encerra a 8 de setembro.

TEXTO **AMANDA LIMA**

Pessoas individuais ou empresários que tiverem ideias "fora da caixa" podem candidatar-se ao *Lisboa Innovation For All Social Innovation Award*, um prémio que vai escolher três projetos de boas práticas de inovação social. As inscrições encerram a 8 de setembro. As áreas da premiação são acesso à saúde, qualidade da educação e integração de imigrantes e os projetos precisam de ser aplicados à cidade de Lisboa. "O nosso grande objetivo é encontrar *startups*, empresas ou mesmo pessoas que tenham soluções dentro destas áreas que possam beneficiar o dia a dia das pessoas dentro da cidade nestas categorias", explica ao DN Gil Azevedo, diretor executivo da Unicorn Factory Lisboa, entidade que promove o prémio. A parceria é com a Câmara Municipal de Lisboa. "Vamos escolher juntos as três melhores ideias para a cidade", complementa.

Inicialmente, serão selecionados três projetos finalistas por categoria, que vão trabalhar durante seis meses no projeto-piloto.

> Inicialmente, serão selecionados três projetos finalistas por categoria, que vão trabalhar durante seis meses no projeto-piloto.

Depois, um júri especializado vai escolher o vencedor de cada uma das três áreas. A premiação é de 120 mil euros para cada projeto a ser executado. O valor, no total de 360 mil euros, é apoiado pelo Conselho Europeu de Inovação.

O diretor executivo destaca ao DN o que será analisado para a escolha final. "Precisamos de soluções de facto, que tenham a capacidade de chegar ao máximo número de pessoas e que sejam inovadoras. O grau de inovação da solução também terá aqui um peso importante. E, em terceiro lugar, a capacidade de implementar essa solução num espaço de tempo de seis a nove meses", antecipa. Este último ponto será importante, detalha Azevedo: "A prioridade é ter soluções que tenham um piloto e não levem muito tempo a desenvolver."

De acordo com o especialista, projetos de diversas regiões do mundo já estão inscritos. "Neste momento, aliás, já temos candidaturas de praticamente todos os continentes para o programa", conta. Ele acredita que a disputa será grande. "Será difícil escolher, e ainda bem, porque queremos de facto conseguir aqui soluções que possam ter um impacto no dia a dia das pessoas", pontua.

Nas categorias, o diretor executivo cita algumas sugestões. Na "Qualidade da Educação", a abordagem visa melhorar a capacidade de aprendizagem no ensino primário, secundário e universitário, como o reforço das competências tecnológicas ou, por exemplo, a redução do custo de vida dos estudantes universitários. Na categoria "Acesso aos Cuidados de Saúde", as ideias devem centrar-se no poder da saúde preventiva, especialmente através da utilização de *wearables* médicos que promovam uma melhor gestão de doenças crónicas, adesão à medicação e monitorização dos doentes. Na área de "Integração de Migrantes", o principal alvo será a moradia digna, o apoio na busca de emprego e o combate ao racismo e à discriminação, além de soluções que melhorem a interoperabilidade e a troca de informações entre instituições públicas, ONGs e o setor privado.

O gestor à frente da Unicorn Factory Lisboa explica que, além de dar oportunidade a novos projetos, a iniciativa também destaca o papel social das *startups*. "É um programa que alinha muito bem com a vontade do empreendedor em conseguir desenvolver uma solução de sucesso que tenha impacto. E o ter impacto, claro, resulta no sucesso dessa solução". A inscrição para os interessados deve ser feita *online* no endereço eletrónico https://unicornfactorylisboa.fillout.com/innovationforall.

Atração de empresas brasileiras

Outro projeto em andamento na Unicorn Factory Lisboa é a competição *SCALEUP: do Brasil para a Europa*, que busca empresas com operações no Brasil e que se pretendam expandir para o mercado europeu. As candidaturas vão até o dia 15 de setembro.

A premiação para a melhor *scaleup* é de um *stand* na Web Summit Lisboa e passagem aérea de ida e volta com acompanhante. Outro prémio é a entrada no programa Scaling Up de Lisboa, avaliado em 25 mil euros. O programa inclui mentoria, introduções a investidores e parceiros corporativos, apoio para expansão internacional e desenvolvimento de competências de liderança para fundadores e equipas sénior.

Mais informações sobre a competição estão disponíveis no *site* da Unicorn Factory Lisboa.

Questionário de Proust do ChatGPT

Pedimos ao ChatGPT: "faz-nos um questionário de Proust para podermos publicar no nosso jornal". Só que o que ele nos apresentou era muito semelhante ao original, de Proust. Então dissemos: "dá-nos um mais divertido". E o resultado foi este.

Sebastião Vasconcelos *Chef* do restaurante Mesa do Bairro, em Lisboa

"Não sei bem porquê, mas sinto que eu e o Zach Galifianakis seríamos *best friends*"

Se pudesse ter um qualquer superpoder, qual escolheria e porquê?
Teletransporte. Para poder aproveitar todos os momentos sem perder tempo.

Qual é o seu filme ou série de TV favorito para assistir numa maratona?
Friends ou *Office*. Já vi mil vezes e acabo sempre a rir.

Qual é a comida mais estranha que já experimentou?
Escorpião frito, na Tailândia.

Se pudesse viajar para qualquer lugar no tempo, para onde e quando iria?
Sem dúvida para o futuro, iria já amanhã. Adorava saber se aquilo que vemos nos filmes que relatam o amanhã seria igual. Carros voadores? Robôs no lugar de cozinheiros?

Se fosse uma personagem de desenho animado, quem seria?
Dartacão.

Qual foi a dança mais embaraçosa que já fez?
Sem dúvida, acabar no chão de uma pista de dança a imitar uma minhoca.

Se pudesse trocar de vida com qualquer pessoa por um dia, quem escolheria?
O meu pai. Parece cliché, mas tenho imenso orgulho no pai que tenho e gostava de perceber como é a vida de um anestesista no hospital. Mas não podia desmaiar, claro!

Qual é a música que sempre lhe faz dançar, não importa onde esteja?
Qualquer uma dos *Fat Freddys Drop*.

Se tivesse que viver num filme, qual escolheria e porquê?
Ressaca 1, 2 ou *3*. Não sei bem explicar o porquê, mas sinto que ganhava um novo melhor amigo com o ator Zach Galifianakis, que faz de Allen. Seríamos "*the two best friends that anyone can have*".

D.R.

Qual foi o presente mais estranho ou engraçado que já recebeu?
O presente de Natal do meu pai que nunca cheguei a receber…

Se fosse um animal, qual seria e porquê?
Águia. Não sei bem explicar porquê, mas entre o Benfica e gostar de experimentar voar deve ser por aí.

Qual é a sobremesa favorita que nunca recusaria?
Pão de ló de Alfeizerão.

Se pudesse criar um feriado, qual seria e como seria comemorado?
Num cariz associado a tiranos e déspotas, adoraria que o meu aniversario fosse feriado. Não precisava de ser nacional, e muito menos mundial, mas pelo simples facto de o poder celebrar sempre junto daqueles que mais estimo.

Qual é o seu *hobby* mais estranho ou incomum?
Montar peças de Lego. Remete-me muito à minha infância e adoro o desafio.

Se pudesse ter qualquer celebridade como seu melhor amigo, quem escolheria?
Steve Carrol, na personagem de Michael Scott. Conseguia ser a pessoa mais constrangedora em qualquer ambiente que estivesse.

Qual é a piada mais engraçada que conhece?
A verdade é que a piada está em mim quando tento contar uma. Recorro sempre ao meu amigo Francisco, que é um mestre na arte de fazer os outros rir.

Se pudesse falar com qualquer animal, qual seria e o que perguntaria?
Com a Cali, a minha cadela labrador. Perguntava se de facto gosta mais da minha mulher do que de mim.

Qual é o seu talento oculto que poucas pessoas conhecem?
Acredito que seja um bom dançarino, mas raramente mostro os meus "passos".

Se fosse uma cor, qual seria e porquê?
Encarnado, é a cor do meu clube e é sempre uma cor que dá nas vistas.

Qual é a palavra que mais gosta de dizer e porquê?
Vale asneiras? Senão "obrigado". A boa comunicação e respeito é meio caminho andado para que consigamos continuar a manter aquilo que nos faz humanos.

Se pudesse inventar qualquer coisa, o que seria?
Um comando que desse para voltar atrás no tempo.

Qual é a coisa mais ridícula que já comprou?
Mais ridícula, mas também muito útil: uma pistola que abre garrafas e que dispara as caricas da garrafa.

Se tivesse que comer apenas uma comida para o resto da vida, qual seria?
Uma boa posta de bacalhau à lagareiro.

Qual é a sua memória de infância mais engraçada?
Quase todas remetem para a picardia que dois irmãos têm e muitas envolvem aproveitar o facto de ser o mais velho para conseguir desestabilizar a minha irmã.

Se fosse um meme, qual seria?
"*Tapping someone on their left shoulder but being on the right*" com a cara do Leonardo DiCaprio a rir se e a segurar um copo na mão.

Qual seria o título da sua autobiografia?
Forever Young "I wanna be".

Se pudesse ser uma personagem de videojogo, quem seria?
Seria Adriano, o Imperador, melhor jogador de inúmeros duelos no mítico jogo PES 6.

Qual é o seu trocadilho ou piada de favorito?
Grão a grão, telhados de vidro. Deixa toda a gente confusa.

Se pudesse ser invisível por um dia, o que faria?
Atormentar as pessoas de quem mais gosto.

Qual foi a coisa mais inesperada que aprendeu recentemente?
A arte de ser pai. Cliché? Sim. Verdade? Também.

Ana Gomes
"Para Timor, foi fundamental a conversa dura de Guterres com o presidente Clinton a ameaçar retirar do Kosovo"

TESTEMUNHO Após uma longa ocupação, a Indonésia aceitou um referendo em Timor, e a 30 de agosto de 1999 foram 78,5% os que votaram na independência, faz agora 25 anos. Ana Gomes, que foi embaixadora em Jacarta, conta processo que levou ao referendo e o que se seguiu, em entrevista feita quando estava no aeroporto para o voo que a levou às celebrações de hoje em Díli.

ENTREVISTA **LEONÍDIO PAULO FERREIRA**

Recorda-se do momento em que soube o resultado do referendo em Timor-Leste?
Recordo-me muito bem desse momento, mas digamos que correspondia às nossas expectativas.
Estava convicta de que os timorenses iam votar para não ficar ligados à Indonésia e claramente pela independência?
Absolutamente convicta disso. E digamos que o elemento mais poderoso no sentido de me dar esse convencimento tinha sido a esmagadora afluência dos timorenses a registar-se para o voto. Ao contrário do que tinha acontecido uns meses antes com as eleições indonésias. Nessas eleições só se foi registar quem era obrigado a registar-se, os funcionários públicos, basicamente.
Nesse momento, era a chefe da secção de interesses de Portugal na Indonésia. A caminho de ser a primeira embaixadora desde a rutura de relações após a invasão de Timor pela Indonésia em 1975.
Sim. Não tínhamos ainda as relações restabelecidas. Estabelecemos as relações diplomáticas no fim do ano, no fim de 1999, uma vez feito o referendo e uma vez o Parlamento indonésio tendo anulado a anexação de Timor.
A sua chegada a Jacarta só é possível porque, com a queda de Suharto, Jusuf Habibie assume a presidência e finalmente abrem-se negociações com Portugal. O que é que mudou na Indonésia para que aceitasse o referendo de 30 de agosto de 1999? Foi só a mudança de presidente ou houve algo mais profundo?
Foi a queda da ditadura de Suharto que trouxe a mudança. Nós sabíamos que Suharto era o grande empecilho para se discutir sequer um projeto de autonomia para Timor. Tínhamos já tentado discutir isso no quadro das negociações sob a égide do secretário-geral das Nações Unidas. E até tínhamos sentido algum interesse de alguns elementos indonésios, mas tínhamos visto que o regime não tinha abertura nenhuma nesse sentido. Quando cai Suharto, percebemos que era a grande janela de oportunidade. E percebemos porque há muitos anos, no MNE, havia uma equipa dedicada a ir seguindo as questões de Timor, e que não podia deixar de passar por todo o conhecimento e análise da realidade interna indonésia. Portanto, quando cai Suharto, em maio de 1998, nós temos a perceção que é a grande janela de oportunidade. O ministro Jaime Gama e o ministro Ali Alatas vão encontrar-se pela primeira vez no dia 5 de agosto de 1998 em Nova Iorque, já depois da queda de Suharto, e acordam que vão então finalmente discutir a possibilidade de um estatuto de autonomia para Timor. Sendo que, quanto à questão de fundo, Portugal e a Indonésia continuavam a discordar, que era a questão de se Timor-Leste já se tinha autodeterminado integrando-se na Indonésia ou se ainda tinha que exercer o seu direito à autodeterminação, escolhendo o que quer que fosse. Portanto, é nesse dia que os dois ministros concordam em passar a discutir um projeto de autonomia, que era para vigorar, por um tempo a acordar, 5, 10 ou 15 anos, e ao mesmo tempo concordam em que vão abrir secções de interesses, respetivamente, em embaixadas amigas, para ter, portanto, missões diplomáticas em cada um dos países e poderem passar a comunicar diretamente. E é nesse contexto que em novembro acertámos que as duas secções de interesses seriam abertas simultaneamente no dia 30 de janeiro de 1999. Era uma data conveniente, por causa do Ramadão, para eles, e uma data conveniente para nós, porque assim me libertava a mim do trabalho que eu tinha, que nessa altura era em Nova Iorque, na delegação no Conselho de Segurança, e estávamos a chegar ao fim do nosso mandato no Conselho de Segurança.

> *"O ponto de viragem, em termos até da perceção internacional sobre Timor-Leste, foi o massacre de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991. O massacre de Santa Cruz, em Díli, é que é a viragem, incluindo para a própria opinião pública portuguesa."*

Há esta mudança política na Indonésia, mas também há acontecimentos prévios. Ou seja, sem Portugal manter a reivindicação na ONU como potência administrante de Timor, sem a luta dos timorenses, sem o Prémio Nobel da Paz, talvez só a queda de Suharto não tivesse sido suficiente. A pressão diplomática de Portugal foi decisiva?
O que foi absolutamente decisivo foi a luta dos timorenses, a resistência dos timorenses. E o ponto de viragem, em termos até da perceção internacional sobre Timor-Leste, foi o massacre de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991. O massacre de Santa Cruz, em Díli, é que é a viragem, incluindo para a própria opinião pública portuguesa. É quando os portugueses veem os timorenses a rezar no cemitério de Santa Cruz, e a partir daí começam a interessar-se por Timor. Porque até aí não havia pressão nenhuma da opinião pública portuguesa sobre o Governo em relação a Timor. E a partir daí começa a haver. É a partir daí que se começa a campanha internacional, que leva, por exemplo, ao Nobel do bispo Ximenes Belo e Ramos Horta em 1996, etc., etc. E que leva, assim, a que quando cai Suharto, os dois países aceitem discutir um estatuto de autonomia, no âmbito das conversações sob a égide do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Depois abrem-se as secções de interesses, como disse, acordado previamente que era para ser no dia 30 de janeiro de 1999. E no dia 27 de janeiro há uma coisa extraordinária que mudou o curso dos acontecimentos outra vez, que é o anúncio de Habibie de que pode haver um referendo. Porquê? Porque o que estava previsto era que íamos discutir a autonomia. Era a nossa perspetiva, era também a perspetiva indonésia. Mas Habibie, que era presi-

REINALDO RODRIGUES

dente interino, visto que tinha sido vice-presidente de Suharto, recebeu uma carta do primeiro-ministro da Austrália, John Howard, que estava bastante incomodado porque nós estávamos a resolver o assunto com a Indonésia. Mandou uma carta a Habibie para lhe dar as táticas para a negociação e, claro, Habibie não gosta. Ele, que interpreta um setor que era crescentemente influente na Indonésia, o setor intelectual e islâmico, faz aquele anúncio, dizendo, mas porque é que se há de ir discutir um estatuto de autonomia para vigorar um certo tempo, se podemos fazer um referendo e ver se os timorenses querem ou não este estatuto de autonomia? Muda tudo aí.

Há uma convicção da liderança indonésia, de Habibie, quando aceita o referendo de que os timorenses vão votar pela integração?

Sim, a maioria, mas não os militares. Os militares indonésios, que tinham muitos interesses em Timor, que era mais do que a sua coutada para ganharem galões, era também uma coutada económica importante para eles, não gostam do anúncio de Habibie. Percebem logo que aquilo muda o jogo. Há aquela história de se oferecer aos timorenses uma bicicleta e depois, quando a oferta passa a ser um Mercedes, eles mesmo que não saibam guiar, preferem o Mercedes.

"Os militares percebem que vão perder e entram numa jogada dramática, que é a de criar as milícias, que é a de intimidar as pessoas, só que isso ainda piorou tudo para o lado indonésio."

Portanto, os militares percebem que vão perder o referendo, mas Habibie acreditava que podia ganhar?

Habibie não sabia bem, mas muitos setores da diplomacia e outros pensavam que ganhavam. Os militares percebem que vão perder e entram numa jogada dramática, que é a de criar as milícias, que é a de intimidar as pessoas, só que isso ainda piorou tudo para o lado indonésio. E rapidamente, já que eu cheguei a Jacarta no dia 30 de janeiro, logo a seguir ao anúncio, e muita gente achou que a minha chegada, a abertura da secção de interesses tinha a ver com o anúncio de Habibie, mas não tinha. Fomos completamente apanhados de surpresa. Alatas foi também apanhado de surpresa, Jaime Gama foi apanhado de surpresa. Toda a gente na própria Indonésia foi apanhada de surpresa, Mas depois de ir por aí não havia volta atrás. E, portanto, no fundo nós continuámos a negociar o acordo, que foi assinado no dia 5 de maio, em Nova Iorque. O pretexto era um estatuto de autonomia, mas simplesmente nos termos do anúncio de Habibie, previa-se um referendo, chamou-se consulta popular, com um homem um voto e uma mulher um voto, e a partir daí a campanha de intimidação dos indonésios criou cada vez mais resistência. Portanto, nós percebemos pouco a pouco que o povo ia votar pela independência, e o elemento mais determinante tinha sido, justamente, a afluência ao registo, feito em condições muito complicadas, já com imensas ameaças das milícias, massacres, lembro-me do massacre de Liquiçá, do massacre em Díli, em casa do Manuel Carrascalão, do massacre em muitos outros sítios. Todos com o objetivo de também nos desviar da mesa das negociações, mas nós não nos desviámos. E o referendo foi por diante. Entrou a UNAMET a 3 de junho e fez toda a diferença ter lá as Nações Unidas. É a UNAMET que vai organizar o referendo. Depois há um processo de consulta com os timorenses, em que o papel de Xanana Gusmão é fundamental. E também era o meu papel fazer a ligação com ele, que estava preso, para ter a garantia que os timorenses do interior estavam no processo. Com os do exterior, nós estávamos em contacto, mas com os do interior era muito importante termos a perceção deles. Há grandes dúvidas e hesitações, porque sabíamos que o acordo era o que era possível, e era um acordo que, do ponto de vista da segurança, não tinha as condições ideais, visto que a Indonésia continuava responsável pela segurança, mas foi uma decisão consciente dos timorenses e nossa, e obviamente não fizemos aqui nada que não fosse em sintonia com os timorenses, e aí o papel de Xanana é absolutamente vital. Decidiu-se arriscar. Apesar das ameaças.

E quando há aquela nova vaga de violência, já pós-resultados...

Sabíamos que ia haver essa violência. Não sabíamos qual era a dimensão dela. Mas sabíamos que ia haver violência e estávamos todos preparados para ela. E o povo também estava, tanto que o povo fugiu para as montanhas.

E o que é decisivo nesse momento? É o envolvimento da comunidade internacional para dizer que o resultado é para ser respeitado?

Tudo é decisivo. A comunidade internacional é muito importante. Nesse momento há um trabalho fundamental, diplomático, essencial, que é feito por todos, mas em que é muito importante o papel diplomático de Portugal nas Nações Unidas, na missão que era chefiada pelo embaixador António Monteiro. Fernando Neves era o responsável aqui, em Lisboa. E, claro, Jaime Gama, como ministro dos Negócios Estrangeiros.

Estamos a falar na época de António Guterres como primeiro-ministro e de Jorge Sampaio como Presidente, ambos muito empenhados na causa timorense.

Exatamente. E eles os três, Gama, Guterres e Sampaio, articularam-se maravilhosamente, fizeram mexer todos os seus contactos. António Monteiro consegue que venha uma missão do Conselho de Segurança a Jacarta e a Díli. Que chega no dia 10 de setembro a Jacarta, e a 11 a Díli. Essa missão é crucial para depois haver uma resolução do Conselho de Segurança que respalda a INTERFET, uma missão de paz internacional, e entretanto obter o OK da Indonésia, porque muitos países não queriam aceitar essa missão de paz sem o OK da Indonésia. E quem é absolutamente decisivo para isso são os americanos, e os americanos são magistralmente tocados pelos nossos três governantes.

Falaram com Bill Clinton?

Claro. Foi a conversa fundamental. Tudo foi fundamental, da entrevista de Jorge Sampaio à CNN aos contactos de Jaime Gama, mas fundamental, fundamental, fundamental foi a conversa dura de António Guterres, primeiro-ministro, com o presidente Clinton, em que ele ameaça retirar os soldados nossos do Kosovo se os americanos não se empenham em obter o OK da Indonésia para a missão de paz, porque obviamente o povo português, que estava vestido de branco nas ruas no dia 8 de setembro, não perceberia que tivesse os seus soldados no Kosovo numa missão internacional e não houvesse apoio internacional a uma missão de paz para Timor-Leste.

A Austrália, que já citou aqui, através do primeiro-ministro Howard, depois de uma altura em que deu

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

como facto consumado a integração da ex-colónia portuguesa, depois vai ter um papel também importante para ajudar a Timor a caminhar para a Independência?
Sim, no final. Sim. Mas a Austrália é um dos responsáveis pela invasão de 1975. Não são só os americanos. É a Austrália que faz o acordo Timor Gap. Eu já tinha chegado a Jacarta e a Austrália ainda resistia à ideia de que Timor tivesse outro destino que não fosse ser integrado na Indonésia. Mas, com a repressão, com a resistência popular, o embaixador australiano em Jacarta, muito importante, verifica que o povo já não podia mais com aquilo e começa a mandar informação para Camberra e Camberra muda ao ponto de depois perceber e ser a potência decisiva, obviamente, para se fazer a INTERFET e é a Austrália que lidera a INTERFET.

Aquela força de paz é sobretudo de militares australianos?
Exatamente, Também tem asiáticos, nomeadamente tailandeses e também malaios, porque isso tinha sido uma condição posta pela Indonésia. Nós, Portugal, tivemos também a sageza de não impor a nossa presença para, digamos, não esfregar o pano na face dos indonésios e assim se conseguiu ter a missão de paz.

A 20 de maio de 2002, finalmente a independência. Há uns anos entrevistei Sukehiro Hasegawa, diplomata japonês que foi chefe da missão da ONU, que me disse que depois daquela reação inicial, violenta, a Indonésia aceitou a independência de Timor e não a tentou sabotar. Como embaixadora em Jacarta nessa época, partilha desta ideia?
É verdade. As relações são exemplares, e é por bom senso de parte a parte, da parte dos timorenses e da parte da Indonésia. Os timorenses, porque obviamente percebem que não se podem dar ao luxo de ter más relações com um grande país vizinho, como é a Indonésia. E os indonésios perceberam também. Aliás, eu acabei por ficar amiga e ter como nosso grande aliado o próprio Ali Alatas, que foi das pessoas que percebeu que a Indonésia não tinha vantagem nenhuma em boicotar a independência de Timor, e que tinha toda a vantagem, pelo contrário, em ajudar Timor a ser um foco de estabilidade ali na região, e a desenvolver-se. E a independência de Timor até era, no fundo, benéfica para a Indonésia, que ficava livre daquilo que ele descreveu como a pedra no sapato. Que era o título do livro que ele escreveu sobre Timor.

A opção da língua portuguesa como língua oficial é uma decisão muito política, pela história, mas também para não ser o inglês, da Austrália, para não ser o bahasa, língua da Indonésia. Tem visitado muitas vezes Timor, Como é que se vê ali a afirmação da língua?
A língua portuguesa foi uma escolha dos timorenses e uma escolha que tem um sentido estratégico, porque obviamente reforça a identidade nacional. Mais uma razão para Portugal e os países de língua portuguesa se terem, todos, empenhado em fazer Timor recuperar o falar português, sendo Timor membro da CPLP. Deviam. Portugal fez muito, com os professores, mas podia ter feito muito mais. Há um instrumento poderosíssimo que Portugal pura e simplesmente não utilizou de forma estratégica e que devia ter utilizado, e que tinha sido absolutamente chave, em conjunto com todos os outros, para pôr Timor a falar português, que é a utilização da RTPI. Infelizmente, até hoje, a RTPI não foi utilizada de modo estratégico por parte de Portugal. E quando eu digo estratégico, é programas desenhados de português para estrangeiros, programas desenhados para determinadas audiências em Timor, com horários adequados. Mas não usámos este instrumento porque houve sempre um grande acanhamento por parte dos diversos responsáveis dos diversos governos em usar a RTPI como o que é, uma ferramenta do Estado português paga pelos contribuintes portugueses. Dizem-me ministros com quem eu tenho falado que se tentam interferir, dizem-lhes que estão a interferir no controlo editorial. Ora, aquilo não é um canal de notícias, é uma ferramenta do Estado português, paga pelos contribuintes portugueses.

> *"As relações são exemplares, e é por bom senso da parte dos timorenses e da parte da Indonésia. Os timorenses, porque obviamente percebem que não se podem dar ao luxo de ter más relações com um grande país vizinho, como é a Indonésia."*

LEONEL DE CASTRO

Referendo de 30 de agosto de 1999 mobilizou o povo timorense e quase 80% votaram pela independência.

Mas continua otimista que a língua portuguesa pode afirmar-se em Timor?
Absolutamente, mas isso depende de nós. Temos de criar esse plano estratégico para fazer a língua portuguesa passar a ser usada no dia a dia. Os timorenses são poliglotas natos. Têm também uma tradição de oralidade, eles falam dialetos locais, falam tétum como língua franca interna, que de resto é um crioulo português, falam indonésio, inglês, e falam português. Agora, poderiam falar muito melhor português, e para certas profissões é absolutamente vital dominar bem o português, na administração pública, na justiça, etc. Não houve capacidade de nenhum Governo português de perceber a importância estratégica da ferramenta política que é a RTPI.

O facto de Timor ser uma democracia, manter-se uma democracia ao fim de mais de duas décadas de independência, é também fonte de grande admiração?
É uma grande demonstração de que o povo percebe, depois de tudo o que viveu, de toda a violência dos anos de colonialismo, dos anos de ocupação, que é pela via pacífica que tem que resolver os diferendos políticos. E, portanto, tem sido estranhamente exemplar para o mundo o empenho dos timorenses e a participação ordeira massiva em todas as eleições. É evidente que estamos neste momento, penso eu, numa fase ainda mais importante, porque vai ter que haver, a lei da vida assim o impõe, uma transição de geração no poder que já tarda e que se impõe. E, portanto, não tenho dúvida nenhuma de que eles estão mais preparados do que nunca. Houve muitas vozes a seguir ao referendo, designadamente em Portugal, vozes de mau agoiro, que primeiro disseram que o referendo ia ser impossível, depois disseram que a segurança não permitiria que o referendo se fizesse, que Timor não era viável. E eu sempre disse, a essas vozes, não, é mentira. Timor é viável. Timor é muito mais governável do que, por exemplo, a vizinha Indonésia. Timor é pequenino, tem recursos próprios, é mais gerível do que a gigante Indonésia, que também é riquíssima, mas que tem também problemas de gestão muito complicados. E, no entanto, a Indonésia progrediu também extraordinariamente e exatamente à conta da democracia. Basta dizer que a classe média triplica nestes 25 anos de democracia na Indonésia.

> *"A Igreja Católica foi absolutamente decisiva. A Igreja Católica foi um bastião da resistência civil. Não foi só a guerrilha, não foi só a FRETILIN."*

O Papa vai a Timor. Isso relembra também que Timor é um país fortemente católico. A Igreja foi também decisiva para aquele voto na independência em 1999?
A Igreja Católica foi absolutamente decisiva. A Igreja Católica foi um bastião da resistência civil. Não foi só a guerrilha, não foi só a FRETILIN. Na resistência civil foi absolutamente a Igreja Católica. Tive ene demonstrações disso durante esse ano de 1999. A Igreja Católica foi também quem manteve viva a própria língua portuguesa. Ainda me lembro de um tradutor da polícia que me foi pedir uma gramática e um dicionário da primeira vez que eu lá fui a Timor em 1999 e que me disse que só tinha mantido o seu português graças aos santinhos. A Igreja além de tudo mais, além de ser uma força da resistência viva, decisiva, também é um fator da identidade nacional timorense. O facto de os timorenses se dizerem 97% ou mais católicos. E isso também é uma das razões da visita do Papa Francisco. Tem tudo a ver com essa defesa da identidade timorense por oposição, digamos, aos militares ocupantes, que representavam o maior país muçulmano do mundo.

Israel prossegue operação na Cisjordânia sob críticas da ONU e UE

PALESTINA Mortos ascendem a 16, incluindo comandante militar da Jihad Islâmica. MNE israelita e chefe da diplomacia europeia em confronto de palavras. Em Gaza, Telavive dá luz verde a campanha de vacinação acompanhada de pausas humanitárias, a começar no domingo.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

O chefe da diplomacia europeia e o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita envolveram-se numa guerra de palavras enquanto Israel continuou pelo segundo dia na Cisjordânia ocupada, apesar dos apelos do secretário-geral da ONU. Na Faixa de Gaza, um alívio de oito horas está previsto para domingo e pelo menos mais dois dias, altura em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) vai levar a cabo uma campanha de vacinação.

A organização islamista Hamas disse estar recetiva a cooperar depois de Israel ter concordado com a OMS para que esta realize uma campanha de vacinação contra a poliomielite. Segundo as informações adiantadas por Rik Peeperkorn, o representante da organização das Nações Unidas para a Palestina, há acordo para os trabalhos sanitários iniciarem no centro do enclave no domingo às 6h00 e terminarem às 15h00, acompanhados de uma pausa na guerra, repetindo-se pelo menos por mais dois dias. As condições insalubres e a falta de vacinação formaram um caldo para que aparecesse o primeiro caso de poliomielite em Gaza em 25 anos, num bebé de 10 meses.

A operação militar na Cisjordânia levou à morte de um comandante da Jihad Islâmica e de seis outras pessoas, num total de pelo menos 16 palestinianos. Segundo um comunicado das forças israelitas, a "operação antiterrorista" no campo de refugiados de Tulkarem levou à morte de Muhammad Jaber, conhecido como Abu Shujaa, comandante da Jihad Islâmica, e de outros quatro. O porta-voz dos militares israelitas, Nadav Shoshani, acusou Jaber de "incitar" jovens palestinianos a executar ataques contra israelitas. Em conferência de imprensa reportada pela AFP, Shoshani disse que Jaber foi morto durante "uma importante troca de tiros" entre as forças israelitas e "terroristas armados escondidos" numa mesquita de Tulkarem. No entanto, à mesma agência, o governador de Tulkarem, Mustafa Taqatqa, negou a versão israelita. "Um foguete foi disparado contra uma casa e os jovens não estavam na mesquita", disse Taqatqa. Além desta operação, o exército israelita disse ter morto dois "terroristas" em Jenin.

JAAFAR ASHTIYEH / AFP

Militares israelitas durante a operação em Tulkarem, no norte da Cisjordânia.

Ainda segundo as forças israelitas, durante as operações que envolveram duas brigadas do exército, auxiliados por helicópteros, drones e retroescavadoras, foram detidos mais de "dez indivíduos procurados, destruídos dezenas de engenhos explosivos e confiscadas armas".

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, condenou "a perda de vidas, incluindo a de crianças" e apelou à "cessação imediata destas operações", as quais fizeram soar os alarmes depois de o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Israel Katz, ter escrito que a incursão na Cisjordânia deve ser vista como uma "guerra em todos os sentidos", o que inclui a "retirada temporária de civis palestinianos". No dia seguinte, Katz acusou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, de uma "mentira descarada" por este tê-lo acusado de tentar "deslocar pessoas da Cisjordânia". Borrell também sugeriu que a UE deve sancionar os ministros israelitas que "lançam mensagens de ódio" aos palestinianos.

> Josep Borrell criticou o ministro Israel Katz depois de este ter escrito que a incursão na Cisjordânia é uma "guerra em todos os sentidos", o que inclui a "retirada temporária de civis palestinianos". Também sugeriu que a UE deve impor sanções aos ministros com discurso de ódio.

A guerra na Faixa de Gaza levou à morte de mais 30 pessoas em vários locais do enclave, no dia em que familiares dos reféns levados pelo Hamas em 7 de outubro tentaram entrar no território, uma ação simbólica para chamar a atenção sobre a urgência de um acordo para a libertação dos 107 cativos.

cesar.avo@dn.pt

BREVES

Kamala Harris e entusiasmo em alta

Uma nova sondagem Reuters/Ipsos mostra a candidata democrata Kamala Harris em ascensão entre os eleitores registados a nível nacional, com quatro pontos de vantagem sobre Donald Trump, para a eleição presidencial dos EUA. Na anterior sondagem a vantagem era de apenas um ponto percentual. Harris está 13% à frente entre as mulheres e os hispânicos, quando em julho tinha uma vantagem de nove pontos entre as mulheres e de seis entre os hispânicos. A sondagem, que recolheu 4253 respostas, atribuía 6% a Robert F. Kennedy Jr., que entretanto desistiu. Noutra sondagem, da Gallup, 69% dos norte-americanos dizem-se "mais entusiasmados do que o habitual" com o voto, um recorde absoluto.

Castets dedica-se à união da esquerda

A candidata ao cargo de primeira-ministra de França por parte da Nova Frente Popular, Lucie Castets, anunciou em entrevista à BFMTV que não vai regressar ao posto de diretora financeira da autarquia de Paris para se dedicar à carreira política e tentar manter uma união da esquerda. O presidente francês, Emmanuel Macron, rejeitou a proposta do bloco que elegeu mais deputados tendo alegado a necessidade de "estabilidade institucional" – os partidos à direita ameaçaram com uma moção de censura a um executivo com ministros da França Insubmissa. Castets disse ter falado com políticos do centro e da direita para obter apoios, ex-PM Dominique de Villepin incluído.

SERGEI SUPINSKY / AFP

Zelensky apresentou os primeiros F-16 ao serviço da Ucrânia no dia 4.

Ucrânia confirma perda de primeiro F-16

GUERRA Avião estava a derrubar mísseis quando se despenhou. Dirigentes de topo em Washington para levantar restrições de armas.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

No dia em que o seu piloto foi alvo de cerimónias fúnebres, a Ucrânia anunciou que um dos seus caças F-16 se despenhou enquanto repelia um ataque aéreo russo numa das primeiras missões, senão a primeira, daquele aparelho por Kiev.

"Os caças F-16 das Forças Armadas da Ucrânia foram utilizados para repelir um ataque de mísseis contra o território da Ucrânia por parte da Federação Russa, juntamente com unidades de tropas de mísseis antiaéreos", declarou o exército ucraniano, sobre o maior ataque aéreo russo, que envolveu mais de 200 mísseis e drones. "Durante a aproximação ao próximo alvo, perdeu-se a comunicação com um dos aviões. Como se verificou mais tarde, o avião despenhou-se, matando o piloto", acrescentou.

Noutro comunicado, este da Força Aérea, o piloto foi identificado como Oleksii Mes, tendo sido dito que destruiu nos céus três mísseis de cruzeiro e um drone. "Oleksii salvou os ucranianos dos mortíferos mísseis russos. Infelizmente, à custa da sua própria vida", acrescentou, no dia em que decorreram as cerimónias fúnebres do piloto.

É a primeira aeronave de fabrico norte-americano a perder-se na Ucrânia, menos de um mês depois de Kiev ter começado a utilizá-lo, num número indeterminado. Segundo uma fonte norte-americana citada pelo *The Wall Street Journal*, o avião fazia parte de uma esquadrilha de seis, e não terá caído devido a fogo inimigo.

De acordo com analistas militares pró-russos, o F-16 foi destruído no solo. Ainda segundo o jornal nova-iorquino, Mes era um de seis ucranianos com formação para pilotar a aeronave norte-americana, porém, segundo outra fonte, a instrução recebida "não é a habitual", centrada em missões específicas, pelo que a inexperiência dos pilotos leva a mais riscos. A Ucrânia conta vir a receber nos próximos meses até 80 F-16 da Bélgica, Dinamarca, Países Baixos e Noruega.

> Segundo o *The Wall Street Journal*, o piloto era um de seis com formação para pilotar outros tantos aviões norte-americanos à disposição de Kiev.

Em Bruxelas, os ministros da Defesa da União Europeia debatem a situação militar na Ucrânia, depois de na véspera terem sido os seus colegas dos Negócios Estrangeiros, com o convidado ucraniano Dmytro Kuleba. A esperança de Kiev, porém, está centrada na visita do ministro da Defesa Rustem Umerov e do chefe de gabinete da presidência Andriy Yermak a Washington, a realizar-se hoje. Ambos têm como missão tentar convencer a administração Biden a permitir a utilização de armas de longo alcance em território russo. O *site* Politico adianta que os dirigentes ucranianos vão apresentar uma lista de alvos militares que poderiam atingir. Segundo o Institute for the Study of War, esta restrição impede Kiev de alvejar nada menos do que 245 locais militares.

cesar.avo@dn.pt

Opinião
Raúl M. Braga Pires

E o Sudão, pá?!

Diluída na maré alta do Médio Oriente, a República do Sudão foi objecto de mais "uma ira de Deus", umas cheias de fim de Agosto ao jeito das "Águas de Março", que no Leste do país romperam a represa de uma barragem (Arbaat 40 km a norte de Port Sudan), obliterando assim 20 aldeias! 30 mortos confirmados, mais 150 a 200 desaparecidos, em zona já devastada pela guerra civil desde Abril de 2023.

Do ponto de vista humanitário, a situação é comparável ao cenário de cheias que assolaram Derna na Líbia, em Setembro do ano passado. 50 mil pessoas sem casa, na zona em que estão contabilizáveis, prevendo-se que estes números vejam subida vertiginosa quando "a lama assentar e o pó levantar"!

Do ponto de vista da guerra, publiquei em Abril do ano passado uma Análise/DN sob o título, "No Sudão nem o Exército Nacional é um Exército Nacional, nem as Forças de Reacção Rápida (FAR) são um Exército Nacional", o que atomiza numa frase uma das géneses da gula do "semi-general" Hemetti das FAR e do "CEMGFA" Burhan!

A República do Sudão em números, é "toda uma Palestina sem o barulho das luzes… vezes dez"! Antes da guerra, a instabilidade política de longo termo, bem como a pressão económica, registava 16 milhões de pessoas dependentes de ajuda humanitária. Desde Abril do ano passado, quase 25 milhões de pessoas, mais de metade do país encontra-se em "*Dire Straits*" (Apuros Diversos);

12 milhões de refugiados, sendo que 10 milhões (um Portugal inteiro mais Olivença, imagine) permanecem no território, fazendo dos mesmos a maior concentração interna de refugiados do mundo.

A estas deslocações em massa das populações, equivalem sempre, ou quase sempre, matanças em massa, quer por questões étnicas e/ou por mera contabilidade, quando a água no poço não chega para todos (população e gado). É aliás o "critério água", que leva os grupos mais fortes e mais numerosos e eliminarem as outras bocas de outros grupos, sendo o acto relatado nos *media* que contam e influenciam, enquanto "critério étnico", quando não o é! O Darfur foi e é isto. Entre quem tem direito a beber primeiro, as minhas 50 cabras ou as tuas 55? Não ganha quem tem mais cabras, ganha quem tem mais força, quem tem mais armas. E neste inóspito "*farwest* oriental", onde não há imagem não há notícia e assim se impõem e legitimam "as boas armas", génese da luta entre um latifundiário poderoso, o "semi-general" e um militar de carreira, que carregava a maleta do presidente Omar Bashir, antes de o destronar!

O "Soudan", que em árabe significa negro, preto (falo de cores), há muito em tormenta, precisa de uma aberta da luz das televisões, das rádios e dos satélites, para sair desta "escuridão transparente", já que parece que olhamos e nada vemos!

Bon Courage, Soudan!

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Em julho o *stock* de certificados de Aforro e do Tesouro era de 44 mil milhões de euros.

CARLOS CARNEIRO / GLOBAL IMAGENS

"Incidente" inativa AforroNet e não há data para regresso

CERTIFICADOS DE AFORRO Ministério das Finanças garante que poupanças estão a salvo. Especialistas em cibersegurança divergem sobre o que pode ter acontecido. *Site* está inativo desde dia 23 de agosto.

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES** E **SÓNIA SANTOS PEREIRA**

Um "incidente" obrigou a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) a suspender a plataforma AforroNet, disponibilizada aos investidores para consulta e gestão de certificados de aforro. O *site* está inativo desde a passada sexta-feira e ainda não há data prevista para a sua reativação. O Ministério das Finanças, que tutela o IGCP, garante ao DN/Dinheiro Vivo que "a intervenção na plataforma AforroNet deverá estar concluída brevemente". Os especialistas em cibersegurança divergem sobre o que terá acontecido.

"Foi identificado um incidente, que não resultou de um ataque informático", garantiu fonte oficial do Ministério das Finanças, explicando que o caso, todavia, "justificou a decisão de suspender temporariamente a plataforma AforroNet para uma intervenção de melhoria".

Para Bruno Castro, fundador e presidente executivo da Visionware, empresa especialista em segurança da informação e em análise forense de crimes informáticos, "afirmar que não foi um ciberataque é incoerente". O especialista explica que o acesso indevido a dados pessoais "é sinónimo de incidente de segurança" e que "é obrigatório comunicá-lo à autoridade de controlo, e até, provavelmente, pode ser obrigatório comunicá-lo também aos titulares dos dados que sofreram a violação". A indisponibilidade do serviço, adianta Bruno Castro, também "faz parte" dos procedimentos subsequentes ao incidente.

Segundo noticiou ontem o *Expresso*, o IGCP detetou um único caso de "acesso indevido" a dados pessoais e a ocorrência foi reportada à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). "A partir do momento em que há comunicação à CNPD, houve um incidente. E para ter o *site* indisponível tantos dias é claramente grave", refere o CEO da Visionware. O especialista diz que há dois cenários que podem explicar a inatividade do AforroNet: ou "ainda estão a tentar perceber o que aconteceu" ou "já concluíram a investigação forense e estão a ser corrigidas as falhas que a plataforma tinha, o que pode indiciar que algo grave aconteceu".

"Geralmente, quando há um ciberataque o que demora mais tempo não são questões de cariz tecnológico, mas sim concluir a investigação forense. Só depois é que se pode corrigir as causas que permitiram o acesso indevido e, posteriormente, repor os serviços.

Já Ricardo Neves, marketing manager da WhiteHat e da ESET, empresas especializadas em soluções de cibersegurança e proteção antivírus, faz uma análise mais otimista. "Quero crer que não é algo tão grave como se pode pensar", afirma, notando que na origem podem estar "múltiplas possibilidades", desde uma falha do sistema motivada por um *software* desatualizado, ou caso de "*phishing* ou engenharia social", que permitiu um acesso não autorizado por terceiros. Admite ainda a hipótese de ter surgido "um *bug* aplicacional, o que pode excluir algo relacionado com a cibersegurança, e que permitiu a um utilizador ter privilégios que não deveria ter ou acessos que não deveria ter". "Isso já é uma questão estrutural da própria linguagem de programação", refere.

Para Ricardo Neves, cuja avaliação só é feita com base no que foi tornado público, a demora na resolução do problema "depende da criticidade" da falha identificada, o que explicará a inatividade do AforroNet. "É preciso muita cautela", realça, defendendo que há casos em que é preferível "prolongar a situação" de inatividade para se garantir que a vulnerabilidade detetada "é corrigida ou que são feitas as melhorias necessárias para a segurança dos acessos".

Pode estar em causa "uma atualização de sistema de *software*, o que implica corrigir vulnerabilidades críticas, médias ou de grau um". "Existem vários tipos e podem haver outras situações, como fazer uma auditoria e revisão ao sistema e processos de segurança para identificar e corrigir quaisquer pontos fracos, incluindo novas implementações e reforço de medidas de autenticação para aceder ao *site*".

Já a CheckPoint Research, multinacional especialista em cibersegurança, diz que esta "parece" ser "uma situação normal de manutenção de sistema e reforço de segurança informática".

Ao abrir o AforroNet, os utilizadores são informados que o IGCP está "a melhorar as condições de segurança do serviço", esperando "ser breve". É ainda explicado que "todos os serviços associados às contas de aforro estão assegurados através da rede dos CTT". Além das lojas físicas, os CTT têm ao dispor uma plataforma eletrónica, o Aforro Digital, cuja utilização disparou desde dia 23.

Ao DN/Dinheiro Vivo, o Ministério das Finanças garante que "a segurança das aplicações financeiras dos aforristas nunca esteve, nem está em risco", notando que o *site* "beneficia de vários mecanismos de segurança", sendo que "o acesso à conta é bloqueado em caso de tentativas erradas, e a arquitetura de movimentação dos produtos não permite a transferência de saldos para outras contas que não para a conta bancária da qual o cliente é titular e cuja autenticidade de IBAN é validada de duas formas autónomas".

Na segunda quinzena de agosto, os utilizadores do AforroNet foram contactados pelo IGCP, via *e-mail* para alterarem as *passwords* de acesso à conta. "Informamos que, na sequência do processo de otimização dos níveis de segurança , o IGCP está a solicitar a alteração da *password* em uso", lia-se. Em diferentes fóruns, muitos aforristas começaram a queixar-se de problemas no acesso à conta. Na plataforma Reddit, encontram-se diferentes testemunhos de aforristas que ao alterar a palavra passe, ou deixaram de conseguir aceder à sua conta, ou passaram a aceder a contas de terceiros.

geral@dinheirovivo.pt

Sorteio mais simpático para o Sporting. Benfica joga com cinco ex-campeões

LIGA DOS CAMPEÕES Bayern Munique, Barcelona, Atlético de Madrid e Juventus estão entre os oito adversários das águias. Leões vão medir forças, mas em Alvalade, com os colossos ingleses Manchester City e Arsenal.

Buffon e Cristiano Ronaldo deram ontem uma ajuda no inovador sorteio da Liga dos Campeões.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

O Benfica pode queixar-se de pouca sorte no sorteio da nova *Champions* realizado ontem no Mónaco, pois dos oito adversários que irá defrontar estão tubarões como Bayern Munique, Barcelona, Atlético de Madrid e Juventus – só os *colchoneros* não venceram a prova –, além de Estrela Vermelha e Feyenoord, que também foram campeões europeus. Já o caminho do Sporting é teoricamente mais acessível, apesar de ter que defrontar Manchester City e Arsenal, mas mesmo assim com a sorte de receber os dois colossos ingleses em Alvalade.

De resto, as águias vão ainda defrontar o Bolonha, na Luz, e o Mónaco, fora. Já os leões, além dos dois tubarões britânicos, deslocam-se à Alemanha para defrontar o RB Leipzig, à Bélgica para medir forças com o Club Brugge, ao terreno do PSV Eindhoven e do Sturm Graz, da Áustria. E recebem ainda em casa o Lille e o Bolonha.

Foi este o caminho dos dois representantes portugueses na prova ditado ontem num sorteio inovador, devido ao novo formato da *Champions*, em que o antigo guarda-redes italiano Gianluigi Buffon tirou as bolas dos potes e Cristiano Ronaldo carregou no botão do computador que gerava o algoritmo que sorteava os adversários – foram ambos homenageados pelo presidente da UEFA, Aleksander Ceferin, o primeiro pelas defesas na carreira, o segundo pelos golos na Liga dos Campeões.

O novo formato da *Champions*, com 36 clubes, contempla uma liga única em vez da tradicional fase de grupos que reinou nos últimos anos. As equipas que ficarem nos primeiros oito lugares apuram-se automaticamente para os oitavos de final, enquanto as posicionadas entre o nono e 24.º postos disputarão um *play-off*, a duas mãos, para definir as restantes oito formações que seguem para os oitavos.

Já os 12 clubes que terminarem da 25.ª posição para baixo serão automaticamente eliminados da *Champions*, não tendo sequer a possibilidade de serem relegados para a Liga Europa ou Liga Conferência. As datas e os horários dos jogos só serão conhecidos amanhã, mas sabe-se que a primeira jornada será entre 17 e 19 de setembro e a última no dia 29 de janeiro.

Do Bayern ao Barcelona

O Benfica terá como um dos adversários mais complicados o Bayern Munique (até por jogar fora), clube treinado pelo belga Vincent Kompany que conta com jogadores como Neuer, Harry Kane, Gnabry, Kimmich, Thomas Müller e ainda o português João Palhinha, contratado esta temporada ao Fulham. No histórico de confrontos com as águias, em 12 jogos, os bávaros nunca perderam – venceram nove e empataram três jogos.

Há depois o Barcelona (jogo será na Luz), que tem agora como líder o alemão Hans-Dieter Flick, onde pontificam jogadores Ter Stegen, Pedri, Lamine Yamal, Robert Lewandowski, entre outros. No total de nove confrontos entre os dois emblemas, os catalães venceram três, perderam dois e empataram em quatro ocasiões. E ainda o Atlético de Madrid, de Diego Simeone, onde atuam ex-jogadores das águias como Oblak e Witsel, e ainda outros futebolistas com nome como Griezmann ou Koke, e ainda os recente reforços Julián Alvarez, contratado ao Manchester City, e Conor Gallagher, que chegou do Chelsea.

A Juventus será outro dos adversários, com a curiosidade de o clube de Turim ter nas suas fileiras dois jogadores portugueses – Francisco Conceição, que chegou esta semana por empréstimo do FC Porto, e Tiago Djaló.

Um olhar aos oito adversários permite perceber que cinco, tal como o Benfica, já se sagraram campeões europeus – Bayern Munique (6 vezes), Barcelona (5), Juventus (2), Feyenoord (1) e Estrela Vermelha (1).

> O sorteio da *Champions* teve a particularidade de colocar o Benfica e o Sporting a partilharem um adversário, no caso o Bolonha, de Itália, quinto classificado da época passada na Serie A.

Ingleses de peso

Já o Sporting terá como oponentes mais complicados dois colossos ingleses. A começar pelo Manchester City de Pep Guardiola, clube que vence há quatro épocas consecutivas a *Premier League* e que conquistou a *Champions* na edição 2022-23. Além dos portugueses Rúben Dias, Bernardo Silva e Matheus Nunes (este pode estar de saída), brilham no City craques como Erling Haaland, Phil Foden e Kevin de Bruyne. Refira-se só como curiosidade que o plantel às ordens de Guardiola está avaliado em quase 1,3 mil milhões de eu-

VALERY HACHE / AFP

ros, em contraste com os 396,4 milhões dos leões.

Outro adversário complicado será o Arsenal, emblema histórico de Londres que nos últimos anos, sob o comando do espanhol Mikel Arteta, tem dado luta ao Manchester City pelo título inglês.

Entre os nomes sonantes da equipa saltam à vista Thomas Partey, Odegaard, Bukayo Saka, Kai Havertz e Gabriel Martinelli. Em 2022-23, os leões encontraram os *gunners* nos oitavos da Liga Europa e passaram a eliminatória, ao empatarem a dois golos em Alvalade e vencendo no desempate por penáltis após uma igualdade a um golo.

Menos cotado, mas igualmente um adversário de respeito é o RB Leipzig, da Alemanha, que terminou o campeonato da época passada na quarta posição e venceu a Supertaça alemã. O clube da Red Bull conta com o português André Silva num plantel onde se destacam Xavi Simons, Antonio Nusa e Benjamin Sesko.

Uma das particularidades do sorteio de ontem é o facto de Benfica e Sporting defrontarem um mesmo adversário, no caso o Bolonha, de Itália, que curiosamente vai deslocar-se duas vezes a Lisboa para jogar na Luz e Alvalade. O clube treinado por Vincenzo Italiano foi uma das sensações da Serie A na época passada, terminado a prova no quinto lugar e chegando aos quartos de final da Taça de Itália.

Neste novo formato de liga única com 36 equipas, existem ainda algumas dúvidas sobre os pontos que serão necessários para um clube garantir o acesso direto para os oitavos de final da prova, fase para a qual se apuram os oito primeiros classificados.

"Nas nossas simulações, calculámos que o número de pontos necessários para ser 8.º no fim são 17,1 pontos. Mas não se trata de uma garantia e os resultados podem variar", disse Stéphane Anselmo, o responsável pelo desenvolvimento estratégico das competições da UEFA, adiantando que para acabar no top 24 o mínimo deverá ser 7,6 pontos.

nuno.fernandes@dn.pt

ADVERSÁRIOS FASE DE LIGA

BENFICA

Em casa	Fora
Barcelona	Bayern Mun.
At. Madrid	Juventus
Bolonha	Est. Vermelha
Feyenoord	Mónaco

SPORTING

Em casa	Fora
Man. City	RB Leipzig
Arsenal	Club Brugge
Lille	PSV Eindhoven
Bolonha	Sturm Graz

DATAS DAS JORNADAS

1.ª – 17, 18 e 19 de setembro
2.ª – 1 e 2 de outubro
3.ª – 22 e 23 de outubro
4.ª – 5 e 6 de novembro
5.ª – 26 e 27 de novembro
6.ª – 10 e 11 de dezembro
7.ª – 21 e 22 de janeiro
8.ª – 29 de janeiro

Nota: o calendário completo só será conhecido amanhã.

Amdouni recebe a camisola de Neres e Schmidt assume que João Mário quer sair

BENFICA O avançado foi apresentado como reforço. "É exatamente o que procurávamos", diz o treinador.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Zeki Amdouni foi ontem apresentado como reforço do Benfica até final da temporada, por empréstimo dos ingleses do Burnley, sendo que o clube da Luz fica com opção de compra a rondar os 15 milhões de euros.

O internacional suíço de 23 anos é o novo camisola 7 do Benfica, herdando o número do brasileiro David Neres, recentemente transferido para o Nápoles. "Estou muito feliz por estar aqui, mas sei que vem aí um período longo e exigente", disse o internacional suíço à BTV, que se considera um jogador polivalente, mas com uma característica que pretende transportar par ao Benfica: "Sempre consegui marcar golos e esse é também o meu lado instintivo, que quero trazer para a equipa."

Na conferência de imprensa de antevisão ao jogo desta noite (20h15, SportTV) com o Moreirense, em Moreira de Cónegos, Roger Schmidt assumiu que Amdouni tem "muita qualidade" e, além disso, "é flexível no que diz respeito à posição, pois pode jogar nas alas ou ser segundo avançado". "É exatamente o perfil que procurávamos", garantiu, recusando-se a falar do do defesa-direito Issa Kaboré, que vai ser reforço por empréstimo do Manchester City por uma época.

Schmidt foi mais expansivo sobre João Mário, ao dizer que o médio não foi convocado para o jogo com o Moreirense e pretende deixar a Luz. "É o João Mário quer quer sair do Benfica e existem negociações para isso. Muito provavelmente sairá do clube. Mas é claro que, se chegarmos ao fim do mercado e o João não sair, vai continuar a ser opção", assumiu, acrescentando: "Foi um jogador-chave para mim e para o Benfica durante dois anos, mas a situação atual é esta que acabei de explicar. É algo excecional."

O treinador dos encarnados lembrou que o Benfica precisa de "um plantel de nível muito elevado", razão pela qual defende que "é preciso manter a qualidade" que tem ao seu dispor. "Há muito interesse nos nossos jogadores, mas isso não quer dizer que eles saiam ou que estejam interessados em sair. Queremos manter os nossos jogadores e somos nós que temos de tomar as decisões", garantiu.

No caso do avançado brasileiro Marcos Leonardo, que tem sido apontado ao campeonato da Arábia Saudita, Schmidt disse acreditar "na sua qualidade e potencial". "Queremos continuar a desenvolvê-lo para ser um ponta de lança de topo", assumiu.

SL BENFICA

Zeki Amdouni herda a camisola 7 que era de David Neres.

BREVES

Nehuén Pérez reforça defesa do FC Porto

Nehuén Pérez chegou ontem a Portugal para reforçar o FC Porto. O defesa central internacional pela Argentina, de 24 anos, fica até ao final da temporada cedido pela Udinese, mas com cláusula de compra obrigatória. A SAD azul e branca paga para já quatro milhões de euros pela taxa de empréstimo e depois no final da época mais 13 milhões, numa transferência que no total vai atingir os 17 milhões de euros. Nehuén Pérez é o quarto reforço já assegurado pelos dragões, depois de Fábio Vieira, Deniz Gul e Samu Omorodion. O defesa argentino, recorde-se, chegou a representar o Famalicão na temporada 2019-20, na altura cedido pelo Atlético de Madrid. O argentino prosseguiu depois a carreira no Granada e na Udinese, emblema que o garantiu em definitivo, e que agora o vendeu ao FC Porto.

Castrillo vence etapa, O'Connor mantém-se líder

O ciclista espanhol Pablo Castrillo (Kern Pharma) venceu ontem a 12.ª etapa da Volta a Espanha, enquanto o australiano Ben O'Connor (Decathlon AG2R) manteve a vantagem na liderança da prova. Castrillo demorou 3:36.12 horas a cortar a meta do percurso que ligou as termas de Ourense à estância de montanha de Manzaneda, em 137,5 quilómetros, deixando em segundo o inglês Max Poole (dsm-firmenich), a oito segundos, e em terceiro o espanhol Marc Soler (UAE Emirates), a 16 segundos. Na classificação geral, o líder Ben O'Connor manteve as distâncias para os mais diretos perseguidores, com 3.16 minutos de vantagem sobre o esloveno Primoz Roglic (BORA-hansgrohe), segundo, e 3.58 face ao espanhol Enric Mas (Movistar), terceiro. A 13.ª etapa da *Vuelta* realiza-se hoje, numa ligação de 176 quilómetros entre Lugo e Puerto de Ancares.

Esta será a temporada de Sauron (Charlie Vickers).

O SENHOR DOS ANÉIS, SEGUNDA TEMPORADA. Há sombras na Terra Média

SÉRIE A nova temporada de *O Senhor dos Anéis: Os Anéis do Poder* está aí para trazer às famílias nova imersão no universo de J.R.R. Tolkien – desta vez, pelo lado mais sombrio, em jeito de "*thriller* psicológico". Já disponível, eis o grande lançamento do mês na Prime Video.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

No início era a inocência. Elfos de cabelos louros muito claros, uma paisagem luminosa e a ausência da palavra "morte". Assim se apresentou no pequeno ecrã *O Senhor dos Anéis: Os Anéis do Poder*, em 2022, recuperando um outro capítulo do imaginário mitológico que Peter Jackson levara ao cinema, e que há muito adormecera no vale eterno das fantasias épicas... Passada a primeira prova, apresenta-se agora a segunda temporada da série (Prime Video) que tentou recobrar algo do feitiço contido na própria escrita de J.R.R. Tolkien, esse grande artesão do mundo imaginado que articulou, talvez como nenhum outro autor, o fantástico e a comédia, o assombroso e o familiar num único universo, já de si repleto de nuances psicológicas. Nas palavras de um dos criadores, Patrick McKay, "esta é uma série para todos, e não apenas para quem se interessa, de modo particular, pela Terra Média ou por séries de fantasia. É para um público que nunca antes teve qualquer inclinação especial para estas coisas". Disse, em resposta ao DN, numa de várias mesas-redondas virtuais.

Mas se McKay fala no desejo de sucesso e naquilo que pode prender o espectador – "Há *twists* em cada um dos episódios desta temporada" –, é a escuridão de Sauron, o vilão atípico de *Os Anéis do Poder*, que desta feita leva a melhor, segundo o co-criador John D. Payne: "Na verdade, trata-se de um *thriller* psicológico", sublinha. "Há aqui algo mais duro, mais nebuloso e misterioso. Acima de tudo, e no fim de contas, não queremos que os espectadores sintam que estão na Nova Zelândia ou em Inglaterra – queremos que se sintam na Terra Média."

> Nas palavras de um dos criadores, Patrick McKay, "esta é uma série para todos, e não apenas para quem se interessa, de modo particular, pela Terra Média ou por séries de fantasia".

Pois bem, estamos de regresso à Terra Média dos livros de Tolkien e a uma das mais celebradas aventuras literárias do século XX, com personagens para todos os gostos e feitios, terras longínquas de uma rebuscada ficção mental e infinitos detalhes de linguagem, que fazem qualquer ator perder a cabeça. "Eu gosto do desafio", confessa-nos noutra *roundtable* Benjamin Walker, quando lhe perguntamos sobre a "loucura" de habitar um mundo em que os detalhes importam numa escala gigantesca. Para o ator que interpreta o Alto Elfo Gil-galad, não há dúvidas: "O nível de detalhe e também a profundidade que Tolkien colocou no seu trabalho são os nossos recursos, algo que exige respeito e dedicação. Mas temos sorte de estar a trabalhar numa série televisiva, porque é um contexto em que há tempo para desfrutar daqueles mundos, e há partes de um vocabulário inventado à tua disposição...".

Ideia que o elfo Elrond, de Robert Aramayo, completa, não menos fascinado com o espírito da letra: "E há a questão de ser extenso! As personagens dos elfos neste universo de Tolkien são muito diversas, e têm qualidades inesperadas ao longo da história: vemos os elfos conforme a perspetiva de outras personagens. Aprecio especialmente que ele os tenha escrito dessa forma."

O elogio da escrita

Nas sucessivas conversas com os atores em pares ou trios, uma constante deste ato promocio-

nal de *The Lord of the Rings: The Rings of Power* (no original) foram os louvores aos cocriadores e argumentistas Patrick McKay e John D. Payne. Desde logo, o ator Lloyd Owen, que se revelou um autêntico cavalheiro, à semelhança da sua personagem, o capitão Elendil, conhecido no ambiente do reino de Númeror, na primeira temporada. Uma personagem amiga dos elfos que surge agora com o semblante mais pesado...

Sobre a sua melancolia, o DN quis saber como se processa nesta temporada. E a resposta veio com pausas elegantes: "Há uma maior tristeza em Elendil, sem dúvida. Inicialmente já havia, por ser viúvo. Mas agora há um elemento extra nessa tristeza que é o facto de a decisão dele, juntamente com [a elfa] Galadriel, ter causado a perda do seu filho. Por isso, o seu sentido de dever, e também o sentido de fé e instinto – que o empurrou para o lado de Galadriel e para a decisão da guerra –, deixou-o com um enorme sentimento de culpa."

Diz precisamente o homem que encarna o arquétipo do herói. "O grande privilégio passa por me apoiar na escrita destes argumentistas, JD e Patrick, que o moldaram a partir da sua própria interpretação de quem o escreveu. Como ator, espero que venha a corresponder a um ser humano falível, alguém que vai tomar más decisões, que por momentos vai estar do lado errado da história... No fundo, espero que ele esteja o mais confuso possível."

E confusão alegre foi aquilo que se encontrou na janela virtual com a dupla Owain Arthur e Sophia Nomvete, intérpretes do casal de príncipes anões Durin e Disa, que rejubilaram quando lhes perguntámos qual o segredo para, juntos, serem das presenças mais fascinantes da série. Arthur remeteu logo para o dito trabalho dos argumentistas, mas a interrupção espirituosa de Nomvete para o corrigir – dizendo que "há aqui amor genuíno" – não deixou de levar a um pouco mais de elaboração por parte de quem "só estava a tentar ser modesto".

Acontece que os dois estão muito confortáveis um com o outro, tanto "à frente da câmara como nos bastidores". Mas não há volta a dar: "Tudo encaixa através da escrita, da especificidade com que se escreveu este casal. Depois, acho que quanto mais os criadores nos conhecem, quanto mais percebem quem somos fora do ecrã, mais entusiasmados ficam na definição das personagens. Portanto, isto evolui a partir de qualquer coisa verdadeira – e ficamos muito felizes por saber que resulta", contenta-se Nomvete.

Ainda há vida nos mundos criados por Tolkien.

O Alto Elfo Gil-galad (Benjamin Walker).

O casal Durin e Disa (Owain Arthur e Sophia Nomvete).

Entre a bondade e a vilania

Outra personagem que resulta lindamente é The Stranger, de Daniel Weyman, cuja doçura, ladeada pelas duas amigas Harfoots, Markella Kavenagh e Megan Richards, não deixa ninguém indiferente. Como é que agora, que já consegue falar, este bom gigante poderá evoluir humanamente? "Excelente questão... Diria que estou sobretudo focado em desenvolver a personagem que vem da primeira temporada e que cresceu com estas duas raparigas [Kavenagh e Richards], fundamentais para a sua pessoa. A forma como ele comunica já não é física, por isso interessa-me ver o que acontece, em vez de tentar controlar a sua comunicação – e tem sido muito divertido. Não sei ainda como vai parecer, mas é um bocadinho o efeito peixe fora d'água: ele sentia-se em casa com os Harfoots e naquela paisagem, mas agora estamos todos num novo lugar, a conhecer novas comunidades."

Um enorme contraste, entenda-se, com a postura do maldito Sauron, que nos últimos episódios da temporada anterior revelou a sua identidade: "Não é que ele seja um bom rapaz...", começa por brincar o ator Charlie Vickers. "Admito que não é. Mas tem intenções de regenerar, reorganizar, reabilitar a Terra Média – tudo vem daí! Percebo que o papel dele na história seja o de um vilão, mas para mim, como ator, é interessante interpretar as suas intenções."

Intenções: não são elas o princípio da fantasia? O que importa é que nos sintamos na Terra Média.

dnot@dn.pt

A espantosa Angelina Jolie, protagonista deste ousadíssimo *biopic*, tocado pelas cores do diretor de fotografia Ed Lachman.

ALBERTO PIZZOLI / AFP

Veneza 81. Angelina Jolie no interior da morte de Callas

FESTIVAL *Maria*, de Pablo Larraín, é já um triunfo, mesmo que não fique no palmarés de Veneza. Angelina Jolie como Callas a cantar com a sua própria voz fundida com a da diva num processo inovador. Mas também já há uma desilusão: *Separated*, de Errol Morris.

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA,** EM VENEZA

Arrancou ontem às mil maravilhas a competição oficial de Veneza. *Maria*, do chileno Pablo Larraín, coprodução entre a Itália e a Alemanha, com participação chilena e americana, é a história dos últimos anos da vida de Maria Callas e uma transformação monumental de Angelina Jolie. Mas a finta do realizador de *Não* é engenhosa: nem Jolie está pensada para mimetizar a diva grega nem este é um *biopic* da ordem, tal como não eram os seus outros olhares de divas trágicas: Jackie Kennedy em *Jackie* (2016) e a Princesa Diana em *Spencer* (2021). O guião de Steven Knight, o argumentista de *Peaky Blinders* e *Estranhos de Passagem*, vai por uma outra via, experimenta entrarmos dentro da alucinação da cantora.

Tudo se passa na última semana da vida de Maria Callas no seu sumptuoso apartamento de Paris, entre muita ressaca de comprimidos que a deixam numa realidade paralela e um revistar da sua vida profissional e amorosa. No plano da ópera, todo o seu sucesso seguido do trauma de Onassis a ter proibido de prosseguir a carreira, no plano amoroso a certeza de que apenas encontrou um amor, o "feio" e bruto milionário Onassis, que a trocou por Jackie Kennedy.

Larraín utiliza muita estilização nesse álbum de memórias, mas parece sempre mais focado nos pequenos detalhes: a relação de Maria com o mordomo e a empregada doméstica ou as últimas tentativas de voltar ao canto com um pianista inglês, embora a *gravitas* da história esteja no filme dentro do filme, ou seja, imagens de um documentário-entrevista feita com um pretendente ou amigo imaginário. Trata-se de uma personagem-ficção, um bafo de morte que charmosamente a seduz com uma adulação tóxica. A preto e branco, surgem ainda imagens de um episódio traumático quando a sua mãe a tentou prostituir com um oficial nazi na Grécia ou o seu encontro com JF Kennedy.

> Parece mais do que certo que a Freemantle, a financiadora do filme, tem mais do que razões para ir preparando uma campanha para os prémios para Jolie.

Mas o que é assombroso na interpretação de Angelina Jolie não é a capacidade de dar humanidade à diva perante os chorrilhos de tragédia, é sim a sua abertura para uma vulnerabilidade estoica, seja nos momentos em que se transcende a cantar, seja na abstração do mundo que cria por entre uma medicação de anfetaminas. Sabiamente, não há maquilhagem com máscaras para a tornar igual à diva, isso seria errado – Pablo Larraín é demasiado inteligente para querer o rasto de Museu de Cera Madame Tussaud e Jolie uma atriz que não se deixa ir em prostéticos. Parece mais do que certo que a Freemantle, a financiadora do filme, tem mais do que razões para ir preparando uma campanha para os prémios para a atriz, mesmo quando esta vem dizer, ontem na conferência de imprensa, que fez o filme para servir o legado de Callas e agradar aos fãs da cantora.

Dê por onde der, *Maria* é já um dos grandes momentos desta mostra. Cinema elegantemente lírico, escrito com diálogos poderosos e um poder elegíaco tremendo. Pablo Larraín supera-se num objeto sobre o canto do cisne.

Libelo contra Trump

Na seleção oficial dos documentários, Errol Morris filma um dos pecados mortais da administração de Trump em *Separated*, visão parcial sobre a lei da separação de pais e filhos no controlo dos migrantes nos EUA. Conta-se a história da implementação de uma chocante medida de Donald Trump supostamente para afastar a imigração ilegal, a lei da "tolerância zero" que foi depois eliminada após protestos no interior e no exterior do país.

Morris não convence quando, pelo meio da investigação e das estilizadas entrevistas, mistura animação e docuficção através da recriação de uma separação de um menino guatemalteco e da sua mãe. A estridente música constante não ajuda, deceção…

Protesto confirmado

Ontem também, vários jornalistas de cinema acreditados no festival enviaram um comunicado de protesto contra o atual tratamento aos *freelancers*, sobretudo devido à nova política da recusa das estrelas em darem entrevistas e à nova tendência de citações falsas de críticas favoráveis geradas pela Inteligência Artificial. O grupo de profissionais é extenso e ameaça mesmo boicotar os festivais que apoiarem esse estado de coisas…

FILMES&SÉRIES AGENDA

Memórias de Liverpool, anos 1950.

Aqueles longos dias

de Terence Davies na Cinemateca

Grande acontecimento na Cinemateca: é com esta longa-metragem de 1992 que se inicia a retrospetiva integral de Terence Davies (1945-2023), mestre inglês que permanece algo desconhecido. O seu legado é tanto mais fascinante quanto nele assistimos à transfiguração de um sentido de espetáculo que, no interior da produção britânica, ecoa as referências tutelares da filmografia da dupla Michael Powell/EmericPressburger.O reencontro com *Aqueles Longos Dias* (dia 2, 19h00) serve, de facto, de cartão de visita de uma obra em que a precisão das evocações históricas não anula, antes potencia, o metódico inventário de elaboradas referências subjetivas, muitas vezes assumidamente autobiográficas. Neste caso, na década de 1950, em Liverpool (cidade natal de Davies), o retrato do jovem protagonista interpretado por Leigh MacCormack convoca a família, a religião e os filmes numa poesia melodramática em que as canções servem de fundamental pontuação afetiva – as convulsões do drama coexistem com a secreta beleza da música. **JOÃO LOPES**

BEETLEJUICE – OS FANTASMAS DIVERTEM-SE
Tim Burton Max

Para preparar a chegada da sequela *Beetlejuice Beetlejuice (*estreia para a semana), aconselha-se o (re)visionamento desta delícia dos primórdios da obra de Tim Burton. Datado de 1988, o filme que deu rédea solta a Michael Keaton, em modo “vigarista do Além” chamado a intervir num caso difícil de assombração, é das provas maiores de que ninguém faz terror alegre como o realizador de *Marte Ataca!* **INÊS N. LOURENÇO**

O EXTERMINADOR IMPLACÁVEL
James Cameron
Beato Innovation District

A sessão Warm Up do MOTELx é já dia 5 e quase parece aquecimento também para o Festival Tribeca, mas na verdade é uma noite especial. Projeta-se a nova versão restaurada de *The Terminator*, um dos filmes seminais dos anos 1980, a caça do *cyborg* vindo do futuro à próxima líder da resistência humana, Sarah Connor. Obra-prima, claro! Veio mudar tudo... **RUI PEDRO TENDINHA**

UM HOMEM POR INTEIRO
David E. Kelley Netflix

São seis episódios para contar a história de Charlie Croker, magnata de Atlanta cuja vida espelha as convulsões do dinheiro e as ambivalências do poder político, tudo pontuado pela falsa transparência das relações entre brancos e negros – brilhante adaptação do romance de Tom Wolfe, com Jeff Daniels no papel de Croker, sensível à bizarra contradição entre a arrogância do poder e a vulnerabilidade emocional. **J.L.**

OS INÚTEIS
Federico Fellini
Cinemateca

Um dos primeiros Fellini, que capta a essência da vida juvenil provinciana, na evocação da sua terra natal, Rimini, *I Vitelloni* (1953) faz da memória biográfica uma ode discreta ao desejo de partir: na personagem que apanha o comboio para Roma, deixando para trás a dormência dos dias, identificamos o voo do futuro mestre. Valeu-lhe o Leão de Prata no Festival de Veneza, e passa hoje (21h30) na sessão de esplanada. **I.N.L.**

ALIEN: ROMULUS
Fede Alvarez
Cinemas

Já se pode dizer que é um êxito este novo *Alien*, mesmo apesar de polarizar os gostos. Fede Alvarez confirma-se como um dos grandes visionários no novo entretenimento americano num *thriller* claustrofóbico, capaz de fazer a síntese entre os dois primeiros filmes da saga, inclusive no plano narrativo. É também mais uma prova do talento de Cailee Spaeny, atriz de poderes insondáveis. Para ver sem pé atrás. **R.P.T.**

ALMAS ROUBADAS
Henrik Björn, Felix Herngren
Filmin

Adaptação do policial sueco *Marcada para a Vida*, de Emelie Schepp, esta minissérie de seis episódios combina, num só gesto, adrenalina e drama de águas profundas. É a história de Jana, uma procuradora pública que se envolve numa investigação relacionada com o seu próprio passado de criança refugiada. Um exemplar notável de *thriller* nórdico, a partir de dia 3 na Filmin, e ainda disponível nos TVCine (aí, com o título do romance). **I.N.L.**

TERRA QUEIMADA
Thomas Arslan
Cinemas

Voltamos à personagem de *Nas Sombras* (atualmente disponível na Filmin), Trojan, um ladrão solitário agora está de volta a Berlim e com dificuldades em arranjar parceiros de confiança para um golpe. É um regresso ao tom minimal e seco na compostura de um *thriller* profundamente germânico, cortesia desse cineasta sempre interessante que é Thomas Arslan. Em Portugal está a ter o maior consenso crítico dos últimos tempos. **R.P.T.**

GLORIA
Sidney Lumet
Filmin

Datada de 1999, esta é a versão de Sidney Lumet do filme homónimo de 1980, realizado por John Cassavetes, com Gena Rowlands no papel central. Agora, é Sharon Stone que assume a personagem de uma mulher à deriva, confrontada com o destino de um menino cuja família foi assassinada... Ou como a tradição do cinema *noir* se vai transfigurando em Hollywood, nesta caso com assinatura de um sofisticado minimalista. **J.L.**

avisos, tribunais e conservatórias

CARTÓRIO NOTARIAL DE LOURES
A CARGO DA NOTÁRIA
ROSA MATOS ALVES

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico, para efeitos de publicação, que foi lavrada neste Cartório, no dia dezanove de agosto de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas cento e dezoito, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Quatrocentos e Dez – A, uma *Escritura de Justificação*, na qual, **JOÃO NUNES DE CARVALHO**, contribuinte fiscal número 108 348 377, e mulher, **MARIA HELENA FERREIRA RODRIGUES CARVALHO**, contribuinte fiscal número 106 648 160, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua Aquilino Ribeiro, lote 1, rés do chão D, Lisboa, declaram que, com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores, do seguinte imóvel:

Prédio urbano, composto por terreno para construção, com a área de ***trezentos metros quadrados***, sito em Martins do Vale, freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, concelho de Loures, inscrito na respetiva matriz predial sob parte do ***artigo 2363***, *o qual teve a sua origem no artigo 272, da freguesia de Unhos (extinta)*, ***a desanexar*** do **prédio urbano**, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures, sob o número **MIL TREZENTOS E DEZOITO**, da freguesia de Unhos, com o registo de aquisição a favor de Aurora da Silva Nunes de Carvalho e marido, João Casimiro Brás de Carvalho, casados sob o regime da comunhão geral de bens, residentes na Rua João Luís de Moura, n.º 94 A, Moscavide, Loures.

Que o referido imóvel lhes pertence por estarem eles justificantes na posse dele há mais de cinquenta anos, sendo, assim, uma posse pacífica, contínua, pública e de boa-fé, pelo que adquiriram o identificado imóvel por usucapião, o que invocam para justificar do direito sobre tal imóvel para fins de registo na citada Conservatória.

Loures, 19 de agosto de 2024

A Notária

2.ª Série
N.º 162
22-08-2024

FREGUESIA DE MEIRINHAS

Aviso n.º 18425/2024/2

Sumário: Procedimento concursal para ocupação de três postos de trabalho na carreira de assistente operacional.

1 – Torna-se público, nos termos e para os efeitos conjugados do n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, que por meu despacho datado de 06/05/2024, ante deliberação tomada pelo Órgão de Junta de Freguesia de Meirinhas de 20/11/2023, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimentos concursais comuns para ocupação de 3 (três) postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Meirinhas, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termo certo, nos termos da alínea h) do artigo 57.º da LTFP, em várias áreas de trabalho, de acordo com as seguintes referências:

Ref.ª A – 1 (posto) de trabalho de Assistente operacional – área de serviços exteriores.

Ref.ª B – 2 (dois) postos de trabalho de tempo parcial, de 25 horas semanais, de Assistente operacional – área de auxiliar de ação educativa/serviços gerais/limpeza.

2 – Duração do Contrato: 1 ano, renovável, ao abrigo do disposto no artigo 60.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, até ao limite de 3 anos.

3 – Descrição genérica das funções (Ref.ªs A e B): as constantes no Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, referido no n.º 2, do artigo 88.º, às quais corresponde o grau 1 de complexidade funcional – "Funções de natureza executiva,de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.".

3.1 – Caracterização dos postos de trabalho de acordo com os respetivos Perfis de Competências:

Ref.ª A – Assistente Operacional – área de serviços exteriores: Limpeza de vias; Operador de máquinas e equipamentos; Trabalhos de alvenaria; Manutenção e reparação de espaços verdes e espaços públicos utilizando os equipamentos apropriados (corta sebes, roçadora, motosserra, entre outros); Manutenção e reparação de caminhos rurais; Colocação de sinalização na via pública; Condução de veículos ligeiros e tratores; Proceder à arrumação, limpeza e manutenção de equipamentos e veículos; Utilização de equipamentos de proteção individual necessários para a realização correta e segura das tarefas; Recolha de monos; Apoio a atividades e eventos realizados pela Junta de Freguesia; Manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais e elétricos necessários à execução dos trabalhos; Outras funções inerentes ao serviço que lhe sejam distribuídas.

Ref.ª B – Assistente operacional – área de auxiliar de ação educativa/serviços gerais/limpeza: Apoiar nos serviços prestados pela Junta de Freguesia de CAF, AAAF. ATL de Férias; Cooperar na execução de tarefas inerentes às atividades lúdicas e recreativas; Vigiar e disciplinar a utilização dos espaços interiores e exteriores garantindo o cumprimento das regras de higiene, prevenção e segurança das crianças; Auxiliar as crianças na sua higiene pessoal e nas refeições, promovendo a sua autonomia; Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material, equipamento didático e informático, necessário ao desenvolvimento do processo educativo, comunicando estragos e extravias; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança a unidades de prestação de cuidados de saúde; Prestar esclarecimentos aos encarregados de educação, presencialmente, ou telefonicamente, recebendo e transmitindo mensagens; Colaborar no fornecimento das refeições aos membros da comunidade educativa, apoiando as crianças no refeitório, promovendo a sua autonomia; Planificação de atividades lúdicas e recreativas; Execução e preparação de materiais necessários às atividades lúdicas e recreativas; Outras funções inerentes ao serviço que lhe sejam distribuídas.

4 – Nível habilitacional exigido: Escolaridade obrigatória, de acordo com a idade, ou seja, nascidos até 31/12/1966: 4.º ano de escolaridade; nascidos entre 01/01/1967 e 31/12/1980: 6.º ano de escolaridade; nascidos entre 01/01/1981 e 31/12/1994: 9.º ano de escolaridade; nascidos após 31/12/1994: 12.º ano de escolaridade, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

5 – Para efeitos do disposto no artigo 11 .º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, informa-se que a publicação integral do procedimento concursal será efetuada na Bolsa de Emprego Público, **www.bep.gov.pt**; na página eletrónica desta junta de freguesia **https://jf-meirinhas.pt/**, e ainda, em jornal de expansão nacional.

5 de agosto de 2024

O Presidente da Junta de Freguesia
João Pimpão

emprego

*Recrutamento de quadros para a **AMT***

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), entidade reguladora responsável por definir e implementar o quadro geral de políticas de regulação e de supervisão aplicáveis aos setores e atividades de infraestruturas e de transportes terrestres, fluviais e marítimos, está a recrutar:

- *Quadros Superiores Seniores (m/f) especialistas em direito;*
- *Quadros superiores (m/f) especialistas em tecnologias de informação;*
- *Quadros superiores (m/f) em engenharia de planeamento, infraestruturas e da mobilidade;*
- *Quadro técnico (m/f) especialista em design gráfico e webdesign.*

Toda a informação sobre a oferta de emprego disponível e como concorrer pode ser consultada em **www.bep.pt** e em **www.amt-autoridade.pt.**

REPÚBLICA PORTUGUESA | SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE | UNIDADE LOCAL DE SAÚDE COIMBRA

Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.

AVISO

Procedimento concursal para Reserva de Recrutamento e Seleção de Técnico Superior - Farmácia Hospitalar

(extrato)

Torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento e seleção de Técnico Superior – Farmácia Hospitalar, com vista à celebração de contrato individual de trabalho a termo resolutivo ou sem termo, consoante as necessidades sejam respetivamente transitórias ou permanentes.

Os requisitos gerais, o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para a apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica da Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E., *in* **http://www.chuc.min-saude.pt**.

Coimbra, 26 de agosto de 2024

O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos
Carlos Gante

A APANHA, A PISA E O MATA-BICHO

Quintas onde pode vindimar

VINHO Há muitas quintas de portas abertas para que os apreciadores de vinho possam participar na vindima, desde a apanha da uva até às provas.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

QUINTA DO SAMPAYO

Parada há mais de uma década, a Quinta do Sampayo, em Vale da Pinta, Cartaxo, renasceu este ano pelas mãos da filha do antigo proprietário com o objetivo de ser uma marca de referência entre as diversas vinícolas do país dentro de cinco anos. Após o lançamento de dois vinhos, chega agora a primeira vindima nesta nova fase da quinta pela qual Almeida Garrett se encantou e sobre a qual escreveu em *Viagens na Minha Terra*. O programa Vindimar como um Vinhateiro tem uma edição especial a 7 de setembro, celebrando a primeira vindima da nova era da quinta e, depois deste primeiro dia, poderá ser reservada noutras datas. Esta experiência tem início às 9h30 e termina, previsivelmente, pelas 16h00 e inclui o chamado mata-bicho (pequeno-almoço tradicional), um *kit* vindima, explicações sobre as vindimas e cuidados a ter, saída para a vinha em trator, almoço regional com atuação de rancho folclórico, visita à adega e cave. A pensar nos mais pequenos haverá um espaço com animadores, pinturas faciais, jogos tradicionais, um lanche durante a manhã, almoço e ainda a oportunidade de aprenderem a fazer pão.
Preço: 150€/adulto e 40€/criança até aos 10 anos.

FITAPRETA

A Herdade da Fitapreta, que marca o início da carreira do enólogo António Maçanita, situa-se na região do Alto Alentejo, a

10 km de Évora, no Paço do Morgado de Oliveira. A propriedade exibe o Paço Medieval Morgado de Oliveira, que tem sido recuperado nos últimos anos, e uma adega em cortiça, construída aquando da aquisição do terreno. A equipa preparou um programa que inclui o *pack* de vindimas, visita à adega e acompanhamento das atividades de enologia, prova de cinco vinhos e um almoço *buffet* do vindimador. Para quem o quiser, a herdade permite a participação na vindima noturna, que garante a máxima frescura das uvas.
Preço: 150€/pessoa (+35€ para a vindima noturna)

L'AND VINEYARDS

É ao ar livre, à volta do lago, que o L'AND Vineyards, em Montemor-o-Novo, celebra a colheita da uva com a Festa da Vindima, uma celebração anual que este ano acontece já no dia 31, sob a luz da lua cheia. Um *welcome drink* marca o início

das festividades, seguido da apanha da uva feita com a equipa de enoturismo, um *cocktail* e jantar com música ao vivo e DJ, que se estende pela noite dentro com dança no *deck* do lago.
Preço: 135€/pessoa (+ estadia a 30 e 31 numa suite ou numa villa, com pequeno-almoço e chá da tarde incluídos a partir de 953,40€).

VENTOZELO HOTEL & QUINTA

Nesta quinta duriense, situada em Ervedosa do Douro, o programa dedicado à vindima divide-se em duas datas de setembro: dia 7, exclusivamente para hóspedes do hotel; e dia 14, aberto a todos. A programação começa cedo, com as boas-vindas nos lagares da Quinta e a entrega do *kit* de vindima. Depois, numa carrinha, o grupo é levado para vindimar uma parcela dos mais de 200 hectares de vinha existentes em Ventozelo. A meio da manhã,

haverá um mata-bicho. Concluídos os trabalhos, o grupo segue para a Adega da Granvinhos em Alijó, para visita e prova de vinhos. O programa termina num almoço na Cantina de Ventozelo, acompanhado por referências vínicas da Quinta de Ventozelo.
Preços: 175€/adulto e 80€/criança (entre os 12 e os 17 anos).

QUINTA DA PACHECA

A partir de 7 de setembro e por um período de sensivelmente um mês, a Quinta da Pacheca, em Lamego, abre as portas a todos aqueles que queiram participar na vindima. Há dois programas à escolha nesta propriedade do Grupo Terras & Terroir. O menos completo inclui uma visita guiada pela vinha, lagares, adega velha e garrafeira, com uma prova de vinhos, além de um momento de pisa no lagar. O programa mais completo começa pelas 10h00, com um tradicional mata-bicho. Segue-se depois

para as vinhas para hora e meia a colher uvas. Colheita terminada, é tempo de ir ao lagar para uma hora a pisar uvas. A experiência prossegue com uma visita guiada pela propriedade, abrindo o apetite para um almoço típico de vindima, seguido de uma prova de vinhos.
Preço: 40€/pessoa ou 105€/pessoa (consoante o programa escolhido)

QUINTA DA TABOADELLA

Na região do Dão, em Silvã de Cima, Viseu, a Quinta da Taboadella procura aproximar os visitantes do processo de produção do vinho, desde a apanha das uvas até às provas. O programa, que tem uma duração prevista de cerca de 3h30, começa nos 42 hectares de vinha envolta pela floresta com o corte das uvas, seguindo depois para o processo de vinificação na adega de *design*, revestida a cortiça, com direito a prova. Depois, é tempo de relaxar e usufruir das iguarias do cesto de merendas num dos muitos recantos da propriedade.
Preço: 60€/pessoa.

Diario de Noticias

O ENFRAQUECIMENTO DO PADROADO

O FILHO DE BARRÊS

RAUL BRANDÃO

VELHINHO CORREIA

O ASSALTO AO CASTELO DE S. JORGE

AS ELEIÇÕES NA AMERICA

O ENTERRO DE MATTEOTTI

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 30 DE AGOSTO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

RAUL BRANDÃO

chegou ontem a Lisboa

O prosador dos "Pobres", numa rapida entrevista, confia ao "Diario de Noticias" as suas primeiras impressões do arquipelago dos Açores

Raul Brandão regressou ontem das suas «Ilhas Desconhecidas», como um antigo navegante que tendo enxergado mares de bruma e mares de sonho, novas patrias de luz e novos oirentes de beleza—viesse trazer a Portugal o roteiro maravilhoso da sua viagem. Vem cheio de imagens. Perpassam na sua retina paisagens estranhas, adormecidas no tempo e na distancia; coisas que ele viu com a dolorosa acuidade que caracteriza o seu temperamento poderoso de escritor. A sua entrevista—é uma entrevista de impressões, rapidas e instantaneas, como a vibração da luz. Tem mais palavras do que ideias—ele o diz—porque as ultimas, muitas vezes correm mundo, levadas pelos almocreves das letras, que pilham fazenda alheia, caminho fóra...

O gigante dos «Pobres» que se demorou nos Açores três meses, deixando aos jornais, antes de partir, o titulo do seu novo livro: «Ilhas Desconhecidas», traz a sua obra ainda em apontamentos. São sete pequenos cadernos, onde ha palavras, notas, gritos, fixados nervosamente. Daqui a dois dias segue para a sua casa da Nespereira, onde trabalhará outono e inverno fóra até Janeiro.

Encontrámos Raul Brandão já deitado. Quando a sua mão apertou a nossa, o livro de João Franco, «Cartas de El-Rei», tombou sobre o leito.

—Este livro confirma a ideia que eu fiz de D. Carlos....

—No seu primeiro volume de «Memorias»... E o segundo?

—Conto tê-lo feito em Janeiro...

—Revelações...

—Sim, coisas interessantes. Os fins da monarquia e os principios da Republica. Junqueiro. As suas afirmações politicas. A morte de Junqueiro, ainda desconhecida de toda a gente, a sua casa, a sua mulher. Falo sobre o regicidio. Lanço sobre ele alguma claridade...

—E as «Ilhas Desconhecidas»?

O jornalista não quere compôr a entrevista. Taquigrafa as frases do grande escritor da «Farça» e do «Humis», para lhe conservar toda a beleza espontanea:

—E' um livro de observação exterior, de côr, de luz em que descreve as grandes belezas de cada ilha e o seu caracter...

—Como os «Pescadores»?

—Exacto. Cada ilha dos Açores tem uma individualidade. Uma côr propria. Pela sua vida interessantissima destaco o Corvo, pela beleza do seu aspecto geral, as Flôres. O Pico é um torresmo calcinado que a cada hora do dia muda de aspecto e de côr.

—Faial...

—Ficou-me na retina a maravilhosa estrada da Caldeira e o passeio á volta da ilha que é uma das coisas mais belas que eu tenho visto... De S. Jorge—os costumes dos pastores... De S. Miguel, lagoa das Sete Cidades que é a joia de todas as ilhas...

E num grito de espanto:

—E' uma coisa que parece mais sonho que realidade. Passados dias depois de ter admirado as Sete Cidades, a gente duvida se realmente viu essa extraordinaria paisagem ou se a sonhou numa noite de febre.

—A Madeira!

—E' uma mancha admiravel de côr... Em geral o povo das ilhas é são, ingenuo e trabalhador. Mas é preciso falar dos homens, dos baleeiros que arriscam a vida, matando todos os dias um cetaceo; os velhos pescadores que vão para os ranchos da America e voltam ricos, enriquecendo as suas aldeias...

—Como pensou em ir aos Açores...

—Uma ideia velha. Projectei a minha viagem, ha muito tempo. Depois de ter lido o testamento de Mousinho da Silveira... Dá-me vontade de chorar quando relembor o carinho e a ternura com que me trataram. No Corvo andaram comigo ao colo. Quando embarquei, toda aquela gente veio despedir-se de mim...

—Depois das «Ilhas Desconhecidas» que livro nos dá...

—Tenho quatro já muito adiantados. Esse, dois de «Memorias», e os «Lavradores».

Raul Brandão

ORDEM PÚBLICA

O ASSALTO AO CASTELO DE S. JORGE

fez-se com a cumplicidade de alguns sargentos do batalhão

Até agora foram encontradas dezanove bombas de dinamite quasi todas de rastilho, que os revoltosos abandonaram na precipitação da fuga, quando os soldados repeliram o inesperado assalto

O caso do dia, ontem, em Lisboa, foi, como era natural, o malogrado movimento revolucionario da vespera, tornando-se as suas peripecias o assunto obrigado das conversas. O quartel do Castelo de S. Jorge, onde nos dirigimos para obter novos pormenores do acontecido, esteve durante o dia com o portão de entrada encostado, tendo nós averiguado que não podia ser fechado á chave por esta haver desaparecido na noite do assalto.

A entrada, ali, era rigorosamente vedada a estranhos, só conseguindo ingresso os raros cuja visita era de reconhecida urgencia.

No gabinete do 1.º comandante da unidade, major sr. João Henriques de Melo, estiveram durante grande parte do dia reunidos varios oficiais, tanto daquele como de outros quarteis, sendo quasi constante a recepção de cumprimentos recebidos, enviados em consequencia do malogro da revolta.

Um louvor merecido

A atitude dos soldados, que obedeceram sem hesitação aos oficiais, na dificil conjuntura em que se encontravam, de preferencia aos sargentos que os instigaram á indisciplina, foi devidamente apreciada, tendo-se afixado na ordem do dia do regimento o seguinte louvor:

«Tendo ontem um grupo de civis, capitaneado por alguns oficiais e sargentos assaltado este quartel, conseguindo prender os oficiais de serviço e evitar as comunicações, louvo os oficiais, cabos e soldados deste batalhão, pela muita firmesa, disciplina e coragem de que deram provas e pela dedicação que os cabos e soldados mostraram pelos seus oficiais, acorrendo prontamente a expulsar os assaltantes, apesar de na ocasião não terem comando nem munições.»

No quartel, á hora do assalto, havia 350 praças; e, dos oficiais inferiores presentes, desde logo se recusaram a fazer causa comum com os assaltantes, o 1.º sargento Armindo e os 2.os: Lima Duarte, Carvalho e Pires.

Como o sr. ministro da Guerra se encontra em Bragança, o chefe de gabinete do sr. general Vieira da Rocha, telefonou ontem para o quartel do Castelo de S. Jorge, pedindo ao sr. comandante major Melo que comparecesse no ministerio da Guerra, o que aquele ilustre oficial fez pouco depois. Uma vez ali, o major sr. João Henriques de Melo, fez uma larga narrativa do que se havia passado, sendo toda essa informação notificada imediatamente ao sr. ministro da Guerra.

O sr. major Melo lembrou que fôssem premiados os soldados que mais se salientaram na defesa do quartel.

Como se fizeram algumas prisões

No quartel começou ontem a ser insinstaurado o inquerito sobre os acontecimentos, sendo esse serviço dirigido pelo capitão sr. Fernando Rodrigues, com o tenente sr. Melo Rodrigues nas funções de escrivão.

Já depuseram varias testemunhas, devendo os trabalhos demorar ainda alguns dias. Está averiguado que o tenente sr. Piçarra entrou no quartel devidamente uniformizado, tendo aí abandonado o «dolman», o cinturão e boné, que ficaram no Castelo e que já se encontram juntos ao processo.

O tenente sr. Cardona, quando ouviu os primeiros tiros de pistola dentro do quartel, saiu da sua residencia, no Castelo, e, acompanhado por quatro soldados da guarda, prendeu, além dos srs. tenente Piçarra e Vilhena, onze civis, a maior parte dos quais eram portadores de bombas.

Mais tarde, o mesmo oficial, voltando a casa, encontrou, escondido na escada, o terceiro oficial do ministerio do Comercio, Peixoto, que ali se havia refugiado. Foi tambem preso.

Os civis foram mais tarde conduzidos numa escolta da G. N. R. para o governo civil, onde ficaram distribuidos por varios calabouços, á ordem da P. S. E.

Os oficiais e sargentos recolheram, por seu turno, aos calabouços do Castelo de S. Jorge, e ali ficaram á ordem da 1.ª divisão militar.

Ontem, esses presos não foram interrogados, nem tão pouco receberam quaisquer visitas.

Uma busca no Castelo

De manhã, algumas praças de infantaria 16 procederam a uma busca para recolha de mais alguma bomba que porventura estivesse ainda escondida. Efectivamente, logo de manhã, junto duma arvore e em frente da parada central, foi encontrada uma bomba, em forma de laranja, a qual foi logo entregue ao comandante do quartel.

Até agora são já oito as que foram encontradas ao abandono, sendo quasi todas de rastilho e de grande potencia.

A granada a que ontem nos referimos era tambem de rastilho e, a rebentar, devia causar um estrondo formidavel. Era a que devia dar o sinal da revolução, porque, devido ao ponto elevado onde devia explodir, certamente seria ouvida em toda a cidade.

Afirmam alguns oficiais que quando os revolucionarios entraram no quartel, uns tantos individuos começaram a desembrulhar o rastilho da granada para lhe lançarem fogo, o que não conseguiram por lho haverem impedido os referidos oficiais

Entre as bombas apreendidas figuram duas iguais e de grande volume, que estavam enleadas com cordas.

Foram ontem transportadas todas para a Policia da Segurança do Estado.

A granada, segundo a propria declaração dos revoltosos, devia rebentar na chamada «praça nova», que dá do Castelo para os lados da Graça.

Os sargentos que facilitaram a entrada dos assaltantes

Parece averiguado que foram 12 os oficiais que se aproximaram do quartel, tendo esses delegado plenos poderes nos que entraram e foram presos. Sabe-se que o tenente sr. Ferreira, que fugiu, se apoderou de uma pistola quando esteve na «sala dos oficiais», intimando com ela os srs. tenentes Diégues e Quadros, a renderem-se-lhe.

O tenente sr. Fortes, tambem de infantaria 16, apesar de estar de licença, compareceu no quartel logo que se dispararam os primeiros tiros.

Foi o tenente sr. Quadros, como dissémos, quem, tendo fugido aos revoltosos da «sala dos oficiais» e perseguido a tiro, conseguiu reunir os soldados da 7.ª e 8.ª companhias, para com eles fazer frente aos assaltantes e libertar os seus camaradas detidos.

Durante toda a noite o tenente sr. Abrantes desempenhou uma parte muito activa na vigilancia ao Castelo.

Era o sargento Pratas quem, na noite do assalto, comandava a guarda em todo o quartel, e foi ele quem, estando conluiado com os revoltosos, lhes abriu o portão, tendo antes disso tirado aos soldados os cartuchos que costumam trazer nas cartucheiras.

O sargento Araujo, um dos implicados no movimento, foi ultimamente castigado com 25 dias de prisão correccional e transferido para Bragança e não para Travancos, como se noticiou. Devia ter seguido ontem para aquela cidade.

Os assaltantes, quando chegaram ao quartel, não cortaram todas as comunicações, certamente por ignorancia, tendo escapado á inutilização o telefone do gabinete do comandante e um outro que está colocado na secretaria.

Foi esse descuido que permitiu ao comandante do regimento prevenir a divisão, o ministerio da Guerra e o comandante da policia, do que se estava passando.

O soldado que estava de sentinela ao portão do quartel, quando do assalto, era o n.º 34, da 8.ª companhia, José Maria dos Santos. Quis opôr-se aos assaltantes mas não o conseguiu devido á intervenção do sargento Pratas, que entrou á frente dos revoltosos, juntamente com o sargento Araujo e os três tenentes Piçarra, Viana e Ferreira, o ultimo dos quais fugiu.

Quem levou a chave do castelo?

O sargento Peres de Carvalho foi ontem preso á ordem do comandante do quartel, por estar deitado quando do assalto, havendo por esse motivo suspeitas de que tambem estivesse envolvido no movimento.

Foi o soldado n.º 40, da 5.ª companhia, quem arrombou a porta da «sala dos oficiais», dando um empurrão a um assaltante que se queria opôr e desobedecendo ao sargento Pratas, quando aquele pretendia convencê-lo a não libertar os oficiais.

No quartel afirma-se que foi o alferes Ferreira quem disparou uns tiros contra o tenente Quadros, e que a sua fuga foi protegida pelo sargento Margalho que lhe teria feito entrega da chave do portão do Castelo, depois da entrada dos assaltantes.

Quando do penultimo movimento radical-comunista, foram afastados do 16 de infantaria, os sargentos, considerados «indesejaveis», Pastolete, Ramalho, Poeira, Sebastião José, Lameiras, Figueiredo, Santos, Estevans e Araujo. Este, quando do penultimo movimento, foi quem tirou os percutores ás peças existentes no Castelo

No alto da escadaria que dá para o corredor, onde ficam a «sala dos oficiais» e a secretaria, há 8 orificios produzidos pelas balas que foram despejadas sobre o tenente Quadros.

O comandante sr. João Henriques de Melo, quando em sua casa, na Estefania, teve conhecimento do que se estava passando no quartel, passou pela Escola Militar, e preveniu seu filho, ali de serviço, o tenente sr. João Azinhais de Melo, que logo pôs a Escola de prevenção.

O sr. comandante que está gratissimo

Destruição de emprego jovem está no pior momento desde meados de 2020

INE Criação de postos de trabalho evolui de forma cada vez mais fraca, mas ainda acumula 40 meses de subidas. Entre os mais novos está a cair há nove meses.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A destruição de emprego de jovens (com menos de 24 anos) está no pior nível desde meados de 2020, tinha acabado de começar a pandemia covid-19 e estavam a maioria das economias, Portugal incluído, sujeitas a fortes medidas de confinamento que arrasaram com a atividade económica.

De acordo com as estatísticas mensais do mercado de emprego, ontem divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o emprego jovem registou uma forte quebra homóloga em julho, superior a 8%, isto depois de já ter cedido 10% em junho, mais de 11% em maio e de 8% em abril.

Atualmente existem 285,1 mil jovens a trabalhar na economia portuguesa, um grupo que está perder pessoas há nove meses consecutivos. Neste período (desde outubro), o mercado de trabalho português perdeu mais de 13 mil empregados jovens, segundo contas do DN/Dinheiro Vivo com base nos dados do INE.

O emprego nacional total ainda não está a cair, mas quase estagnou em julho deste ano (comparando com igual mês de 2023). De acordo com os dados provisórios do INE, aumentou 0,5%. Isto significa duas coisas. Primeiro, trata-se do 40.º mês consecutivo de aumento no emprego, o que ainda configura e ajuda a uma tendência historicamente positiva. No entanto, trata-se do registo homólogo mais fraco desde março de 2021, desde o início do segundo ano completo de pandemia, período marcado pela mortalidade muito elevada devido à covid.

O enfraquecimento da economia (menos procura e preços mais altos, menos competitivos) e outros problemas que afetam já muitos setores fundamentais da economia (veja-se o caso da restauração, um dos pilares do turismo) traduzem-se também no andamento negativo da taxa de emprego (peso da população empregada na população em idade ativa).

ORLANDO ALMEIDA/GLOBAL IMAGENS

Apenas 29,1% dos jovens em idade ativa têm trabalho no país.

A nível nacional, a referida taxa de emprego cedeu duas décimas em julho, depois de ter estagnado em junho. Foi a primeira vez que caiu desde março de 2021. Atualmente, segundo o instituto, o emprego ocupa 63,6% da população em idade para trabalhar.

Entre os jovens, a taxa de emprego também está a cair e de forma persistente desde novembro do ano passado. Atualmente, apenas 29,1% dos jovens em idade ativa têm trabalho.

"A população empregada caminha para uma desaceleração já esperada", comenta Vânia Duarte, economista do gabinete de estudos BPI Research. Seja como for, "apesar de representar uma desaceleração face ao observado no início do ano (em torno dos 2%), não deixa de ser um comportamento bastante positivo" pois "é o 40.º mês consecutivo em que se verifica uma variação homóloga positiva", diz a analista daquele departamento do Banco BPI.

Já face ao mês anterior, "a população empregada diminuiu ligeiramente", com o valor registado em julho "ainda perto do máximo da série mensal publicada pelo INE", de quase 5,1 milhões de pessoas com trabalho.

"O emprego deverá continuar a evoluir de forma positiva este ano, mas a um ritmo mais lento do que os 2,6% registados, em média, nos últimos três anos, uma dinâmica explicada pela desaceleração da economia em 2024, a incerteza (em termos económicos, financeiros e geopolíticos) e os custos ainda elevados", explica a mesma economista.

A taxa de desemprego continua ancorada perto dos 6% da população ativa, o que é considerado um bom sinal pelos economias, mas o INE indica que o peso do contingente de desempregados parou de descer em termos homólogos (o que sucedeu de novembro de 2023 a abril deste ano).

Ademais, o INE dá conta de um agravamento persistente (sempre em evolução homóloga) na taxa de desemprego entre os mais jovens, uma tendência que dura há mais de um ano. Atualmente (julho), cerca de 21% dos jovens ativos (com menos de 25 anos) estão sem trabalho, apesar de terem procurado ativamente um emprego e de estarem disponíveis.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

BREVES

Computadores roubados na secretaria-geral da Administração Interna

O edifício da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, na Rua de São Mamede, em Lisboa, foi assaltado na madrugada de quarta-feira (28), tendo sido furtado diverso material informático, de acordo com com a Polícia de Segurança Pública, que está a liderar a investigação. A notícia do assalto foi confirmada, já ao início da noite, pelo gabinete da Ministra da Adminsitração Interna, Margarida Blasco. "De acordo com aquilo que se tem vindo a apurar tal intrusão só terá sido possível através do escalamento de um prédio contíguo, que se encontra a ser intervencionado", refere em comunicado o gabinete da ministra, confirmando ainda "que foram furtados alguns computadores, sendo que alguns deles ainda não tinham tido uso já que são de reserva/substituição." Segundo o jornal *online Observador*, as câmaras de vigilância não estariam a funcionar e dois dos computadores roubados seriam pertencentes às chefias da Secretaría-Geral do MAI.

Presidenciais. Marques Mendes "mais próximo" de uma decisão

O ex-líder do PSD Marques Mendes afirmou ontem que está "mais próximo do que nunca" de tomar uma decisão sobre uma eventual candidatura presidencial, prometendo falar "daqui a uns" meses, seja para avançar ou não. À entrada para a Universidade de Verão do PSD, Mendes escusou-se a dizer se está ou não mais próximo de ser candidato a Belém ou a comentar "potenciais candidatos", dizendo que se mantém tudo o que afirmou há um ano, quando, em declarações à SIC, admitiu essa possibilidade, em certas condições.
Marques Mendes classificou como "normais" as declarações de Hugo Soares numa entrevista em que o secretário-geral do PSD acrescentou o nome de Leonor Beleza aos potenciais candidatos a Belém, afirmando que não iria comentar qualquer "potencial candidato presidencial", seja da direita, do centro ou da esquerda. Já sobre a sua eventual disponibilidade, o comentador televisivo, acrescentou: "Talvez esteja mais próximo do que nunca de tomar uma decisão. Daqui a uns meses falaremos. Qualquer que seja a minha decisão."

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

5 605290 123023
56743